

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MARCIA LUIZA CRUZ AGUIRRE

**A PECUÁRIA E A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO *PAMPA GAUCHO*: ESTUDO DE
CASO DO BRASIL E DO URUGUAI (1914-1939)**

**Santana do Livramento-RS
2016**

MARCIA LUIZA CRUZ AGUIRRE

**A PECUÁRIA E A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO *PAMPA GAUCHO*: ESTUDO DE
CASO DO BRASIL E DO URUGUAI (1914-1939)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Balardim

**Santana do Livramento-RS
2016**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

A3309p Aguirre, Marcia Luiza Cruz

A PECUÁRIA E A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO PAMPA GAUCHO:
ESTUDO DE CASO DO BRASIL E DO URUGUAI (1914-1939) / Marcia Luiza
Cruz Aguirre.

73 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2016.

"Orientação: Rafael Balardim".

1. Pampa Gaucho. 2. Dependência Econômica. 3. História Agrária. I. Título.

MARCIA LUIZA CRUZ AGUIRRE
A PECUÁRIA E A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO *PAMPA GAUCHO*: ESTUDO DE
CASO DO BRASIL E DO URUGUAI (1914-1939)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 28/11/2016.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rafael Balardim
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Rafael Vitória Schmidt
(UNIPAMPA)

Prof^a. Msc. Margarete L. Lopez Gonçalves
(UNIPAMPA)

Ao meu avô Ari Aguirre.

AGRADECIMENTO

De junho de 2013 até aqui, aparentemente, a jornada foi curta. Nesta curta trajetória, ocorreram tantos tropeços, desafios e obstáculos – bem como conquistas, alegrias e boas histórias – que me tornaram uma pessoa diferente daquela de 2013. Contudo, o que me mudou, não foram as situações ou as pedras do caminho. Mas sim as pessoas que conviveram comigo neste período e que, em algum momento, deixaram um pouco de sua essência comigo. Por isso, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a Deus e ao Universo, não só pela oportunidade de chegar ao final do curso, mas, também, por permitir que todos que cruzaram o meu caminho contribuíssem com a suas essências e conhecimento no meu crescimento pessoal e acadêmico.

Assim sendo, inicialmente, sou imensamente grata aos meus pais, Ester Aguirre e Miguel Aguirre, pelo esforço que empenham para o meu bem-estar. Sem o amor, compreensão e o sacrifício de vocês em cuidar das minhas irmãs e de mim, este trabalho não estaria sendo escrito. Sou muito grata também a minha irmã Ximena Aguirre pelo carinho e abraços confortantes nos momentos de dificuldade. Eu amo vocês!

Um parágrafo não é suficiente para descrever a imensa gratidão que eu sinto por todo companheirismo, amizade, compreensão, amor e parceria. Lauriane Aguirre, *hermanita*, não há nada no mundo que pague todos os momentos que tivemos juntas em RI. Muito obrigada por todos os risos, choros e por não desistir de mim quando eu mesma já me abandonara. Eu te amo, irmã!

Quando se redige a parte dos agradecimentos, a gente percebe que outra jornada começa. Porque, assim como a música, tudo são encontros e despedidas. Mas espero, de coração, que não tenhamos despedidas e que nos encontremos sempre em algum momento para rirmos de tudo o que passamos. Por isso, minha sincera gratidão aos amigos que fiz na UNIPAMPA: Alessandra Gallón, Bruna Figueiredo, Carolina Lyford-Pike, Caroline Alves, Iara Cupsinski, Igor Sartori, Luis Fernando Acosta, Mary Sandra Fros, Natália Gariazzo e Vivian Corre. Obrigada por tudo!

Sou imensamente grata ao Rotaract Club de Livramento pelos amigos e pela contribuição neste trabalho. Alene Silva, Cassiel Moreira, Cinara Neumann Alves, Deivid Forgiarini, Kelvin Britos, Nepomuceno Alves e Valéria Cassimiro, e demais companheiros de Club: muito obrigada pelos ensinamentos, pela amizade, trabalho, confiança e, por plantarem em mim a sementinha de “Curtir o Pago”.

Muito obrigada a UNIPAMPA (docentes, técnicos e demais funcionários) pelo acolhimento e pelo aprendizado. Meus agradecimentos, em especial, ao Prof. Rafael Balardim, por ter aceitado com paciência o desafio de me orientar nesta empreitada; e aos professores Alessandra Troian, Ana Monteiro, Kamilla Rizzi, Margarete Lopez Gonçalves e Rafael Schmidt que, assim como o Prof. Rafael Balardim, contribuíram para o meu gosto pelas questões econômicas e históricas da América Latina.

Gostaria de agradecer também aos técnicos da biblioteca por me auxiliarem nas buscas de referência. Meus agradecimentos a Karen, Maria e Sasha pela atenção e delicadeza durante o período da graduação.

Muito obrigada a Prefeitura Municipal de Santana do Livramento pela oportunidade de estágio no setor do ICMS que, com certeza, contribuiu para o crescimento do meu amor pela parte social das ciências agrárias. Agradeço também às amigas que fiz neste estágio: Ellen Massaue e Thaynara Adolpho. Torço para que a nossa amizade perdure!

Por fim, gostaria de agradecer aos psicólogos de *whatsapp*, e amigos, Diego Araújo, Eduarda Apoitia e Pedro Freitas. Os conselhos psicológicos de vocês e da Lauriane, os puxões de orelha, choques de realidade, atenção e o carinho. Todo método de “psicologia do terror” utilizados neste processo, por vocês, foi fundamental nesta construção acadêmica. Muito obrigado meus amigos!

*“Porque eu não quero deixar pro meu filho
A pampa pobre que herdei de meu pai”*

*(Herdeiro da Pampa Pobre – Heber A. Fros;
Vaine Darde)*

RESUMO

O *Pampa Gaucho* – região localizada ao sul da bacia platina, que abrange as fronteiras entre Argentina, Brasil e Uruguai –, desde a sua descoberta no século XVI, se mostrou uma região potencialmente propensa ao exercício de atividades agropastoris. O gado bovino, inserido por espanhóis no século XVII, adaptou-se ao bioma do *Pampa Gaucho* e tornou-se base para o principal setor econômico da região: a pecuária. Das disputas coloniais, ao pós-independência dos três países, a pecuária bovina foi um dos principais eixos econômicos ao longo de quatro séculos de existência no Cone Sul. Apesar de ter sido rudimentar até o século XVIII, a produção bovina absorveu as mudanças proporcionadas pelo progresso técnico, que resultaram na modernização dos espaços urbanos, industrialização e espaço no comércio internacional. O desenvolvimento da pecuária bovina no Brasil (em especial no estado do Rio Grande do Sul) e no Uruguai se deu de forma afastada dos centros latino-americanos: Buenos Aires e Rio de Janeiro. Isso propiciou uma determinada similaridade nos sistemas produtivos do RS e do UY que, por causa da fronteira, sempre estiveram conectados. A entrada do século XX e o advento da I Guerra Mundial foram elementos decisivos para o aperfeiçoamento técnico da produção de bens primários de origem animal. Progresso técnico que foi aplicado graças ao capital externo que se interessava em explorar a abundância das produções primárias do Rio Grande do Sul e do Uruguai. Dessa forma, este trabalho se focará no desenvolvimento econômico em torno da pecuária do sul do Brasil e do Uruguai no período de 1914 a 1939, de modo que se possa analisar a existência da relação entre a economia desses dois países com o capital externo que, inevitavelmente, propiciou as mudanças produtivas ao longo da história agrária destes dois países.

Palavras-chave: Dependência econômica; História Agrária; *Pampa Gaucho*.

RESÚMEN

El Pampa Gaucho – región ubicada al sur de la bacía platina que incluye las fronteras entre Argentina, Brasil y Uruguay –, desde su descubrimiento en el siglo XVI, se ha mostrado una región potencialmente propensa al ejercicio de actividades de origen agropecuario. El ganado bovino, inserido por los españoles en el siglo XVII, se ha adaptado a las características de biodiversidad del Pampa Gaucho y se transformó en base para el principal sector económico de región: la pecuaria. De las controversias coloniales, hasta el momento de pos-independencia de los tres países, la pecuaria bovina se estableció como uno de los principales ejes económicos a lo largo de cuatro siglos de existencia del Cono Sur. Aunque haya sido, su práctica caracterizada como rudimental hasta el siglo XVIII, la producción bovina ha absorbido los cambios proporcionados por el progreso técnico que resultaron en la modernización de los espacios urbanos, industrialización y espacio en el comercio internacional. El desarrollo de la pecuaria bovina en Brasil (en especial en el estado de Rio Grande del Sur) y en Uruguay se manifestó de forma alejada de los grandes centros latino-americanos: Buenos Aires y Rio de Janeiro. Eso ha proporcionado una determinada similitud en los sistemas productivos del Rio Grande del Sur e de Uruguay que, por compartieren una frontera, siempre estuvieron conectados. La llegada del siglo XX y el advenio de la I Guerra Mundial constituyeron elementos fundamentales para la evolución tecnológica que fue aplicada en gran medida gracias al capital extranjero que tenía interés en explorar la abundancia de las producciones primarias del Rio Grande del Sur y del Uruguay. De estas forma, este trabajo tendrá su enfoque en el desarrollo económico con base en la pecuaria del sur de Brasil y de Uruguay en el periodo de 1914 a 1939, de modo que se haga posible analizar la existencia de un relación entre la economía de esos dos países con el capital extranjero que, inevitablemente, proporcione los cambios productivos a lo largo de la historia agraria de estos dos países

Palabras-clave: Dependencia económica; Historia agraria; Pampa Gaucho.

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 - Extensão do Bioma Pampa	16
Mapa 2 - As reduções espanholas no Tape	14
Mapa 3 - Vacaria del Mar e Vacaria dos Pinhais	37

LISTA DE SIGLAS

BR – Brasil

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

EUA – Estados Unidos da América

RS – Rio Grande do Sul

UY - Uruguai

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O <i>Pampa Gaucho</i> e a Teoria da Dependência.....	15
2.1	Aspectos sociais do <i>Pampa Gaucho</i> e a produção pecuária colonial no contexto da dependência.....	16
2.2	Dependência.....	18
2.3	Desenvolvimento e subdesenvolvimento	20
2.4	Progresso técnico.....	23
2.5	Centro e periferia	26
2.6	Divisão Internacional do Trabalho.....	28
3	A Inserção Econômica do Gado Bovino e a Composição Fundiária no Brasil e no Uruguai	30
3.1	Antecedentes históricos.....	30
3.2	A presença jesuítica no Cone Sul e as invasões de bandeirantes	32
3.3	O estabelecimento das estâncias	36
3.4	A inserção comercial das charqueadas e dos <i>saladeros</i>	40
4	A industrialização no sul do Brasil e no Uruguai e a I Guerra Mundial	45
4.1	As bases para a industrialização de carne no Rio Grande do Sul (BR) e no Uruguai (1870-1910)	46
4.2	A I Guerra Mundial e a exportação de carne (1914-1918).....	51
4.3	As décadas de 1920 a 1930 e seus impactos na pecuária	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64

1. INTRODUÇÃO

O *Pampa Gaucho*, ou “Terras de Ninguém” como era conhecida a região até o século XVIII (MORAES, 1998), é uma região localizada no estuário do Rio da Prata. Além das peculiaridades geográficas – pois a região é singular em suas atribuições, sendo uma extensa pradaria de grande diversidade ambiental (SUERTEGARAY) –, o *Pampa Gaucho*, foi objeto de disputas territoriais, por Espanha e Portugal, que se iniciaram em meados do século XVI. Apesar de ser uma região abundante em riquezas naturais, as disputas eram pelo controle e navegabilidade do Rio da Prata e pelo posicionamento estratégico da região do Pampa no globo. Visto que era o acesso mais rápido e, provavelmente, menos inseguro, das minas de prata ao norte da região do Chaco¹ até o oceano Atlântico.

Devido à vastidão de terras não ocupadas, colonizadores espanhóis viram na planície platina uma região potencial para a criação de gado. No século XVI, foram trazidos os primeiros rebanhos para serem criados na Cisplatina. Ao mesmo tempo em que o gado era inserido no *Pampa*, as disputas pelo território – que hoje compreendem a fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai – eram frequentes: primeiro, por Portugal e Espanha pela relevância geopolítica da Bacia do Prata; em seguida (ainda que em proporção menor que os conflitos coloniais) por Brasil e Uruguai após suas independências para especificarem seus limites territoriais.

Sob a administração da Coroa Espanhola, foram enviadas missões jesuíticas para o leste do Rio Uruguai para colonizar e catequisar os índios que habitavam o local. Os jesuítas europeus se estabeleceram em reduções e aumentaram o rebanho de gado. Porém, por efeito das expedições bandeirantes (e de seus ataques contínuos) promovidas pela Metrópole Portuguesa nas bandas orientais do rio Uruguai, a presença católica foi progressivamente diminuindo, e o gado, que fora solto, se reproduziu e se espalhou na Cisplatina.

Após as expedições bandeirantes, os jesuítas retornaram e se estabeleceram na região noroeste do atual Rio Grande do Sul. Diferente do período que precede à chegada dos bandeirantes, onde estabeleceram reduções, após as invasões bandeirantes os jesuítas instituíram um sistema de Missões e estâncias para os índios guaranis criarem gado. Em contrapartida, Portugal, em seguida o Brasil Império, começou a distribuir sesmarias para dar início à ocupação no *Pampa*. (PESAVENTO, 1979).

¹ Savana estépica localizada no centro da América do Sul, onde compreende o norte argentino, centro-oeste brasileiro, Bolívia e Paraguai. (DA SILVA. 2008, p.01).

As ocupações e distribuições de terra deram origem à estrutura fundiária e à elite rural do Rio Grande do Sul e do Uruguai que, por sua vez, perduraram até o início do século XX. (GARCIA, p.2011). A consolidação da estrutura fundiária começou, contudo, a partir da fabricação de charque e couro para abastecer o mercado interno e regional – e de forma secundária, o Uruguai exportava charque e couro para Cuba e Grã-Bretanha. (MORAES, 2003). Ademais, a produção de charque e couro nas charqueadas e *saladeros*, especializou a produção de bovinos na região platina que, até então, era primitiva.

No que toca o contexto brasileiro, para Celso Furtado (1975, p.76-77), a economia agrária do Rio Grande do Sul, mediante à concessão de sesmarias, conseguiu desenvolver-se e valorizar-se com o advento da mineração no sudeste do Brasil. O ciclo-do-ouro permitiu a interdependência dentre as regiões brasileiras, visto que, com a descoberta de minérios preciosos, surgiu a demanda de gado muar para transporte e bovino para corte.

Como no Uruguai, a estrutura consolidada das charqueadas e *saladeros*, nos dois territórios, somadas à intensificação do progresso técnico, serviu como base para a instalação de transnacionais estadunidenses frigoríficas que, começaram a funcionar no primeiro decênio do século XX. A fim de atender as demandas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental durante a I Guerra Mundial, a produtividade aumentou consideravelmente.

Entretanto, com o fim da I Guerra Mundial a produtividade das indústrias frigoríficas, brasileiras e uruguaias, reduziu-se consideravelmente. A Grande Depressão de 1929 acentuou o enfraquecimento do sistema agroexportador brasileiro e uruguaio, que começou na década de 1920.

Portanto, o tema desta pesquisa é o desenvolvimento e a dependência do *Pampa Gaucho* em torno da pecuária bovina. Tendo o estudo de caso do Brasil e o Uruguai nos anos de 1914 a 1939. Cujo problema consiste em compreender se: a inserção da pecuária bovina no *Pampa Gaucho* e os avanços do progresso técnico na produção agropecuária, no Brasil e no Uruguai, nos anos de 1914 a 1939, se encaixam no contexto de dependência dentro da lógica capitalista? Em resposta, como hipótese, utilizaremos os elementos da teoria da dependência para explicar as conexões da pecuária com o mercado externo.

Isto, porque, mesmo com as crises no sistema agroexportador, tal estrutura ainda se faz presente na realidade do Rio Grande do Sul e do Uruguai. Ademais, o investimento externo empreendido no Pampa Gaucho nos primórdios do século XX influenciaram consideravelmente nas economias uruguaia e rio-grandense. A relevância da influência exercida pelo capital estrangeiro e pelas indústrias, bem como o grau de dependência

estabelecido na região, torna o estudo do tema do presente trabalho pertinente para Universidade Federal do Pampa devido a sua inserção na região da campanha.

Com isso, pretende-se contribuir para o entendimento da economia agrária do *Pampa* e sua inserção no mercado internacional nos primeiros decênios do século XX; além de enriquecer os debates acadêmicos no que tange a esfera da dependência. Visto que, apesar de ser um fenômeno comum na formação econômica latino-americana, a dependência assume diferentes formas em conformidade com as circunstâncias em que se insere.

Portanto, o objetivo geral é enfatizar o papel que a pecuária bovina exerceu no Brasil e no Uruguai no contexto do *Pampa Gaucho*. De maneira que o período que engloba os anos de 1914 a 1939 seja destacado. Com isso, os objetivos específicos são: aplicar os elementos da teoria da dependência da CEPAL no contexto do *Pampa Gaucho*; caracterizar a inserção econômica da pecuária bovina no Brasil e no Uruguai; e, por fim, analisar as mudanças causadas pelo avanço técnico na pecuária na conjuntura econômica mundial de I Guerra.

Para estruturar o presente trabalho, o método a ser utilizado é o dedutivo. A pesquisa irá partir duma perspectiva geral para uma perspectiva particular ou específica, que consiste no estudo de caso. Quanto aos procedimentos, se utilizará o método histórico para investigar os impactos e a influência do sistema agroexportador característicos do Rio Grande do Sul e do Uruguai – neste momento, na região do *Pampa*. Conjuntamente, o método comparativo será empregado para delinear as similaridades e as disparidades entre Brasil e Uruguai.

Levando em conta o direcionamento da pesquisa, será empregada a técnica de documentação indireta por meio de recolhimento prévio de informações em fontes primárias (arquivos públicos e fontes estatísticas) e, principalmente, fontes secundárias (livros e publicações em repositórios digitais).

2. O *Pampa Gaucho* e a Teoria da Dependência

Com a finalidade de explicar a formação agrária do *Pampa Gaucho* e a industrialização agropecuária do Uruguai e do sul do Brasil (Estado do Rio Grande do Sul) entre os anos de 1914 a 1939, utilizaremos a visão latino-americana da Teoria da Dependência – que tem origem na Teoria Marxista de Relações Internacionais.

A contribuição direta de Marx para as Relações Internacionais é pequena, pois as suas obras debruçam-se sobre a estrutura capitalista dentro do campo da economia política. Contudo – devido à concepção marxista de que o capitalismo é considerado uma força expansionista global de proporção histórica que é predominante mundialmente –, a influência marxista como teoria de Relações Internacionais consiste em que “o marxismo oferece elementos para a compreensão das relações interestatais com base na evolução das relações sociais e econômicas e a partir do entendimento das estruturas sociais e de dominação.” (VIGEVANI, et al. 2011. p. 123).

A Teoria da Dependência advém da Teoria Marxista. Consoante à teoria marxista, a Teoria da Dependência utiliza elementos para compreender as estruturas de dominação presentes nas relações internacionais. Para desenvolver este trabalho, será utilizada a perspectiva teórica sobre a dependência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL².

Nesta corrente teórica, a dependência é vista “como processo histórico dentro do sistema internacional de relações de força e poder.” (MACHADO, 1999. p. 215). Isto é, o modelo colonial é analisado, de forma que explique os crônicos problemas financeiros da América Latina e sua sujeição ao capital externo. Por causa da subordinação dos países latino-americanos em relação aos investimentos externos – de países “desenvolvidos”, elementos como desenvolvimento e subdesenvolvimento, por exemplo, não são considerados como etapas evolutivas. Estas são aceitas como itens específicos (e distintos) do capitalismo.

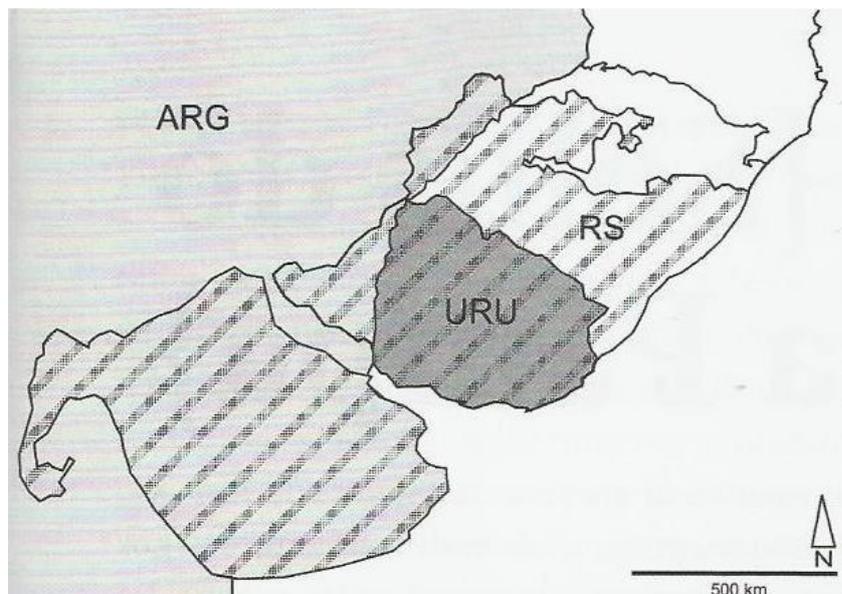
Portanto, este capítulo abordará os conceitos de dependência, desenvolvimento e subdesenvolvimento, progresso técnico, centro e periferia e divisão internacional do trabalho – de acordo com as concepções cepalinas –, além de evidenciar os elementos sociais que constituem o *Pampa Gaucho*.

² A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e a organização foi criada em 1948. A Comissão foi criada com o intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina, onde questionava a relação dos modelos produtivos latino-americanos com o capital externo; e a dificuldade dos países da América Latina em se desenvolver de forma autônoma. (FURTADO. 2007, p.31-32).

2.1. Aspectos sociais do *Pampa Gaucho* e a produção pecuária colonial no contexto da dependência

O sul da Bacia do Rio da Prata, no Cone Sul, é caracterizado por extensas planícies campestres de vegetação predominante herbácea e relevo marcado por ondulações suaves de *cerros*³ e *coxilhas*⁴. Pampa, nome atribuído a esta região, – que em quéchua (língua indígena da América do Sul e falada no Império Inca) significa “região plana” – é um termo associado às características dominantes da paisagem do Uruguai, leste argentino e sul do Brasil. A região pampeana se estende por uma área aproximada de 750 mil km² ⁵, correspondendo a 62,2% do estado brasileiro do Rio Grande do Sul (BOLDRINI, et al. 2010).

FIGURA 1
Mapa: A extensão do Bioma Pampa⁶



Fonte: BOLDRINI, et al. 2010.

O bioma campestre do Pampa contribui para o desenvolvimento da pecuária – atividade econômica de grande relevância na região e objeto de estudo desta pesquisa. Devido aos resquícios deixados por Espanha e Portugal durante a colonização; à formação da estrutura econômica e fundiária do Uruguai, sul brasileiro e leste argentino; e a designação

³ Denominação local para tabuleiros. (PATROCÍNIO, 2015. p.42)

⁴ Ondulações amplas no relevo. (CHEBATAROFF, 1969. p.9)

⁵ Disponível em <<http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>>. Acesso em 01 out. 2016.

⁶ A área em destaque demarca a abrangência do bioma do Pampa.

social baseada no arquétipo do trabalhador do campo dessa região (KENT; SANTOS. 2012, p. 345), compreende-se como *Pampa Gaucho* a identidade social construída a partir destes elementos dentro do espaço geográfico do Pampa (CHELOTTI. 2007, p. 2). Onde se refere, principalmente, às localidades afastadas dos centros – Buenos Aires na Argentina; Montevidéu no Uruguai; e Porto Alegre no sul do Brasil –, pois são localidades que se dedicam à produção agropecuária. Com Pirotti (2006, p.04), o gaúcho é visto, ideologicamente, como o herói das fronteiras que expulsou os índios e os espanhóis pela posse dos campos. Para a autora, a figura lendária do *gaúcho* baseia-se na figura do trabalhador do campo que vivia no *Pampa Gaucho* desde o período colonial.

A multiplicidade da análise historiográfica para o termo gaúcho é comum ao Uruguai, à Argentina e ao Brasil, no entanto, apesar das diferenças de tratamento, a historiografia dos três países o relaciona, nos séculos XVII e XVIII às atividades econômicas desenvolvidas na campanha. (PIROTTI. 2006, p.04)

Embora a colonização do *Pampa Gaucho* tenha sido tardia (MÖRNER. 2004, p.188), a pecuária bovina é uma atividade econômica que se adequou às explorações das Coroas ibéricas e dos centros econômicos hegemônicos (após as independências): das produções precárias e de baixa comercialização nos séculos XVII e XVIII (MÖRNER. 2004, p.202-204), seguido como diversificação de produção nos ciclos de mineração – mineração de ouro e diamantes no Brasil e prata na cordilheira dos Andes – como meio de transporte e alimentação (FURTADO. 2007, p.67); e, mais tarde, com a exportação de carne e couro produzidos em latifúndios ao longo do século XIX; à industrialização para exportação no início do século XX. Apesar de a produção pecuária ter se aprimorado e conquistado diferentes mercados, a utilização de mão-de-obra barata é um fator comum no decorrer dos séculos.

Da colonização no século XVI até meados do século XVIII, o modo de exploração do gado bovino era rudimentar. Neste período, apenas o couro, a língua e o sebo eram comercializados. A demanda externa só aumentou após o estabelecimento das missões jesuítas, que serviram de base para a criação da estrutura fundiária. De acordo com Mörner (2004, p.202)

em meados do século XVII, na região a sudoeste de Buenos Aires, em Entre Ríos e na Banda Oriental (atualmente Uruguai), na margem norte do rio da Prata, rebanhos de gado semi-selvagem (*ganado cimarrón*) formados rapidamente pareciam constituir manadas (*vaquerías*) inexauríveis. O modo de exploração nas *vaquerías* era tosco. [...] Apenas o couro, a língua e o sebo tinham algum valor comercial. (MÖRNER. 2004, p.202)

No que toca ao Brasil, Caio Prado Jr. (2011, p.196) coloca que, para o Brasil, a pecuária era uma das principais atividades da colônia. Isto porque auxiliou na conquista territorial, além de garantir a sobrevivência colonial tendo a carne como alimento.

Contudo, o mercado consumidor interno estreitava a produção agrária. A pecuária conseguiu se desenvolver graças às demandas ultramarinas que estimulavam a produção de couro, e posteriormente carne. (GARAVAGLIA; GELMAN. 2003, p.108). Com Mörner,

a produção atingiu seu apogeu durante o período de 1700-1705, quando eram exportados anualmente 75 mil couros de gado. Depois de 1750, quando a produção passou a basear-se na *estancia*, as exportações logo alcançaram um nível bem mais alto, superior a cem mil couros por ano. Ademais, até certo ponto, agora, além da gordura e do sebo, a carne também era exportada. Nos estabelecimentos de salgação de carne (*saladeros*) da Banda Oriental, também se preparava a carne-seca para a exportação ultramarina. (MÖRNER. 2004, p.210)

O fim das missões jesuítas no Pampa atingiu as exportações, isto porque os conflitos entre espanhóis e portugueses pela bacia platina findaram com as áreas ocupadas pelos jesuítas para criação de gado e reduziram consideravelmente a população de bovinos existente. Mas a produção agropecuária se adaptou com facilidade à conjuntura econômica da época por exigir pouco emprego de tecnologia e por haver sempre uma demanda internacional. O aperfeiçoamento e a intensificação da produção se deram de forma gradual, acompanhando os desdobramentos políticos e econômicos vigentes e as demandas do exterior.⁷

Nota-se, todavia, que o abastecimento dos mercados internos é colocado em segundo plano, para que os interesses das metrópoles em exportar couro, sebo e, posteriormente, carne fossem atendidos. Atrelado a isso, além da capacidade em se adaptar aos sistemas políticos e de explorar mão-de-obra barata, a produção pecuária desempenha, no contexto do *Pampa Gaucho*, o papel de dependente das economias do centro.

2.2. Dependência

Entende-se por dependência o fenômeno que, em suma, se refere à subordinação econômica de alguns países com relação à expansão e o desenvolvimento da economia de outros. A existência de economias que prevalecem sobre outras, num vínculo de subordinado e dominador, afeta no desenvolvimento tanto de economias dominantes, quanto no

⁷ Este tema será abordado com mais profundidade no capítulo seguinte.

desenvolvimento de economias submissas. Tendo as últimas, o desenvolvimento sujeito à expansão e ao desenvolvimento daquelas que as dominam.

Assim sendo, com Almeida Filho (2004), temos como dependência

uma situação na qual economias de um grupo de países são condicionadas pelo desenvolvimento e expansão de outras. Uma relação de interdependência entre dois ou mais países ou entre estes países e o sistema mundial de comércio torna-se uma relação de dependência quando alguns países podem expandir-se por movimento próprio, enquanto outros, estando numa situação de dependência, só podem expandir-se como um reflexo da expansão dos países dominantes, os quais devem ter efeitos positivos ou negativos nos seus desenvolvimentos imediatos. (ALMEIDA FILHO, 2004. p.03)

As economias latino-americanas, desde o período colonial, denotam um comportamento de dependência das colônias – antes das independências; e das potências econômicas mundiais – após as independências. No que tange à região do Prata – Argentina, Uruguai e sul do Brasil, região colonizada por Espanha e Portugal –, o modelo de dependência e a lógica de ter uma economia voltada para fora, propensa aos interesses das metrópoles, era um sistema comum assim como no restante da América Latina.

A atividade agropecuária – inclinada para a criação de bovinos e para exportação, modelo econômico que é característico do *Pampa Gaucho*, é um dos pormenores da dependência. Visto que o desenvolvimento dos centros econômicos advém das *commodities* exportadas por países de economia agroexportadora. Neste sistema econômico, além voltar-se para a exportação, os latifúndios utilizam mão-de-obra barata e pouca tecnologia. O que, segundo Furtado (2007. p.128),

a consolidação do sistema de unidades familiares nas regiões em que a agricultura se expandia apoiada na exportação requeria condições que inexistiram na América Latina. O grau altamente especializado da agricultura de exportação fazia que os riscos agrícolas fossem elevados: a perda de uma colheita podia dar início a um processo de endividamento irreversível. Além disso, como os preços internacionais estavam sujeitos a fortes flutuações, os riscos financeiros teriam que ser consideráveis. Dessa forma, a sobrevivência dependia essencialmente da capacidade financeira, que, quase sempre, aumenta mais que proporcionalmente à dimensão da empresa. (FURTADO, 2007. p.128).

O “atraso” latino-americano comparado ao desenvolvimento de países, como exemplo os Estados Unidos, justifica-se por meio desse sistema produtivo em que a produção primária depende das flutuações do mercado internacional para ser exportada. Com isso, Cardoso e Faletto (2011, p.39) colocam que a dependência

implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas. As economias baseadas em enclaves coloniais constituem o exemplo típico dessa situação extrema. (CARDOSO; FALETTO. 2011, p.39).

Eduardo Galeano (2014, p.18), coloca que, na América Latina, “tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder.” (GALEANO, 2014. p.18). Em suma, ao analisar a colocação do autor e ao avaliar a trajetória histórica do *Pampa Gaucho* (e da América Latina como um todo), percebe-se que as iniciativas econômicas servem, em primeiro plano, em atender as demandas internacionais. A exploração dos fatores de produção (terra e trabalho, no caso latino-americano) são, inicialmente, investimentos realizados por países economicamente fortes com o objetivo de ganhar mercados no comércio internacional. Que por sua vez, colocam as economias latino-americanas num contexto de subserviência às economias ditas desenvolvidas.

2.3. Desenvolvimento e subdesenvolvimento

Os conceitos de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento são vistos como elementos contrários da condição econômica de um determinado país. Presume-se, de maneira errônea, que se um país é desenvolvido, este não é subdesenvolvido; e se é subdesenvolvido, não apresenta nenhum indicativo de desenvolvimento.

Não há uma forma específica de designar o conceito de desenvolvimento porque o mesmo não segue um molde preestabelecido. No entanto, a percepção que se possui de desenvolvimento – que é criticada pela teoria da dependência – está de acordo com o modelo produtivo dos Estados Unidos e da Europa, onde a produção primária e a produção industrial suprem as necessidades internas e competem no mercado externo, proporcionando satisfatoriamente o crescimento econômico.

Como no conceito de dependência (e no de subdesenvolvimento, no tópico seguinte), para estabelecer o status de desenvolvimento deve-se considerar a conexão da formação econômica com os processos históricos. Celso Furtado (2009), Cardoso e Faletto (2011) compartilham a premissa de que o desenvolvimento de um país não pode ser comparado com o de outro, pois além de possuírem trajetórias diferentes, os problemas econômicos e sociais

não são os mesmos. Portanto, seria inexato classificar igualmente países de formações históricas e econômicas distintas.

A teoria do desenvolvimento, após haver sido apresentada em termos muito gerais, para adquirir maior precisão deverá assumir formulações especiais relativas a determinados processos históricos de desenvolvimento. Assim, quando nos reportamos à teoria do desenvolvimento, referimo-nos, por exemplo, aos problemas específicos daquelas economias, tais as latino-americanas, que permaneceram atrasadas com relação às demais economias que se desenvolveram nos últimos 150 anos. Seria totalmente irreal assimilar os problemas dessas economias àqueles que conheceram outras, atualmente mais desenvolvidas, em etapas anteriores ao seu crescimento, ou aos de economias que apenas agora estão saindo do sistema colonial. (FURTADO. 2009, p.100).

Ademais, os processos históricos, os fatores econômicos e as estruturas político-sociais não são elementos independentes quanto à questão do desenvolvimento. Tais elementos devem ser observados de forma conjunta para que haja a compreensão de desenvolvimento.

Quando se trata de interpretar globalmente um processo de desenvolvimento, é necessário ter presente que não existe um nexos imediato entre a diferenciação do sistema econômico e a formação de centros autônomos de decisão e, portanto, que as análises devem definir não só os graus de diferenciação estrutural que as economias e as sociedades dos países que se acham em fase de transição alcançaram no processo de integração ao mercado mundial, mas também o modo através do qual se logrou historicamente essa integração. Tal perspectiva aconselha uma grande cautela na interpretação de como se têm efetuado o desenvolvimento econômico e a modernização da sociedade na América Latina. (CARDOSO; FALETTTO. 2011, p.41).

É considerado que estímulos à industrialização como produção equiparada à agropecuária, por meio de maior aplicação de tecnologia ao trabalho agrário, como forma de diversificar a exportação, aceleraria o crescimento econômico e tornaria a economia latino-americana menos sensível às flutuações geradas pelas demandas externas. (PREBISCH. 2000, p.121). O que, conseqüentemente, levaria ao desenvolvimento. Mas, deve-se considerar que o desenvolvimento é um conceito muito vasto de construção histórica e social. Para quebrar o paradigma de subdesenvolvida e dependente, a América Latina deve investir em alternativas que se harmonizem (e perdurem) com a competição do comércio internacional, ao mesmo tempo em que dá mais autonomia às economias de seus países.

Em contrapartida ao desenvolvimento, a ideia que se tem de subdesenvolvimento é de que ele representa um nível abaixo do desenvolvimento. Ao seguir esta concepção, adota-se a lógica de que todo país desenvolvido já foi subdesenvolvido; e de que todo país subdesenvolvido um dia será desenvolvido. O modelo de desenvolvimento aplicado nesta

situação é o estadunidense e europeu, onde o progresso técnico aplicado na produção (tanto primária, quanto industrial), segundo Prebisch (2000, p.79) oferece equilíbrio de renda, concorrência ativa e divisão do trabalho entre iguais.

O subdesenvolvimento é parte do processo capitalista, não uma etapa evolutiva. É um processo histórico de formação do sistema produtivo mundial que está vinculado aos centros dominantes mais desenvolvidos. Contudo, é um termo que, frequentemente, é mal empregado, quando é atribuído somente à esfera econômica.

Entretanto, o conceito de subdesenvolvimento, tal como é usualmente empregado, refere-se mais à estrutura de um tipo de sistema econômico, com predomínio do setor primário, forte concentração de renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e, sobretudo, predomínio do mercado externo sobre o interno. (CARDOSO; FALETTO, 2011. p.39)

Tal como a dependência, o subdesenvolvimento não abarca somente a economia. O subdesenvolvimento é um processo histórico que interfere na estrutura política e social, além da econômica. O estado de subdesenvolvimento se deu a partir da “expansão do capitalismo comercial e depois do industrial”. (CARDOSO; FALETTO, 2011. p.38). A diferenciação entre os graus produtivos, que determina se um país se encaixa como desenvolvido ou subdesenvolvido dentro da estrutura do sistema capitalista, é percebida por meio desta expansão do capitalismo. Por haver, dentro da lógica do sistema comercial global, estruturas econômicas e produtivas distintas que apresentam níveis de desenvolvimento em posições variáveis, pressupõe-se que existe a dominação e a exploração por parte de economias mais fortes.

À vista disso, é importante haver a análise histórica e ponderar quanto às características estruturais da economia dos países que, aparentemente, se encaixam como subdesenvolvidos. O vínculo destas economias subdesenvolvidas com a expansão capitalista; a formação dos grupos sociais internos; e a participação no comércio internacional, devem ser identificados para que se possa reconhecer se há dependência nos campos econômicos, políticos e sociais, e de que forma o processo de dependência tem se iniciado na história. (CARDOSO; FALETTO, 2011).

Quanto às características, no subdesenvolvimento latino-americano predomina as atividades agrícolas. O sistema agrário não engloba somente o setor econômico, forma a base e integra, também, o setor político e social. Pois na estrutura de subdesenvolvimento, a maioria da população ocupa-se com as funções agrárias. O conjunto das atividades econômicas (relações comerciais; sistemas de crédito; arrecadação e distribuição de renda;

etc...), sociais (mobilidade urbana; grau de urbanização; estrutura das famílias; etc...) e o sistema de poder, estão associados às cadeias produtivas que o setor primário proporciona. (FURTADO. 2000, p.221). Como o sistema agrário visa o mercado externo, o que permite a dinamização da estrutura interna é a apropriação do excedente agrícola. Ou seja, o excedente agrícola é a parte do produto que não é consumido diretamente na produção.

A apropriação do excedente agrícola é feita por um pequeno segmento social local que, segundo Furtado, é uma “burguesia surgida da inserção no sistema de divisão internacional do trabalho” (FURTADO. 2000, p.79) que se identifica com as sociedades dos centros e que se beneficia com tal apropriação. Uma vez que a produção está focada para a exportação de produtos primários, devido à apropriação – que gera a acumulação, o crescimento econômico é deveras lento. Pois a economia torna-se sensível às flutuações do comércio internacional e condicionada a crescer gradualmente se o centro crescer demasiadamente.

2.4. Progresso técnico

Entende-se como progresso a ideia de que algo está em constante avanço. O progresso é uma construção social que consiste num processo histórico em que sociedades alcançam seus objetivos políticos, econômicos, ou, sociais. (BRESSER-PEREIRA, 2014). O Progresso Técnico consiste, basicamente, na difusão de técnicas que influem e aperfeiçoam o modo de produção, levando ao crescimento econômico. (D'ARBO, 2012).

Com Furtado, o Progresso Técnico, além de ser o principal fator de propulsão do trabalho, se conceitua como a “introdução de novos processos produtivos capazes de aumentar a eficiência na utilização de recursos escassos e/ou a introdução de novos produtos capazes de serem incorporados à cesta de bens e serviços de consumo” (FURTADO. 1974, p.96). A inserção de inovações técnicas e a assimilação das mesmas, como são parte do sistema capitalista, caracterizam o nível de desenvolvimento de uma economia. Reconhece-se uma economia como plenamente desenvolvida quando há a introdução de novas técnicas para aumentar a produtividade. Já com as economias subdesenvolvidas, há a adoção da técnica já existente.

O processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas dos fatores existentes no nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas. Numa simplificação teórica se pode admitir como plenamente

desenvolvidas, num momento dado, aquelas regiões em que, não havendo desocupação de fatores, só é possível aumentar a produtividade (a produção real per capita) introduzindo novas técnicas. Por outro lado, as regiões cuja produtividade aumenta ou poderia aumentar pela simples implantação das técnicas já conhecidas são consideradas em graus diversos de subdesenvolvimento. O crescimento de uma economia desenvolvida é, portanto, principalmente, um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação tecnológica desses conhecimentos. O crescimento das economias subdesenvolvidas é, sobretudo, um processo de assimilação da técnica prevalecente na época. (FURTADO. 2009, p.85)

Dessa forma, consoante a Furtado (2009, p.85), a técnica aplicada possibilita o aumento da produtividade econômica. Ademais, a inserção da técnica permite uma melhor utilização das matérias-primas e reduz, proporcionalmente, a intervenção dos produtos primários na renda real da população. (PREBISCH, 2000). Além de aumentar a produtividade, o progresso técnico também altera as formas de consumo, influenciando na demanda. Com isso,

Assim, as inovações técnicas foram o fator dinâmico que provocou as mudanças mais notáveis na demanda. Afora isso, entretanto, o aumento da produtividade e da renda per capita que elas trouxeram consigo permitiu que a demanda buscasse novas formas de satisfação das necessidades. (PREBISCH. 2000, p.183)

Isto é, com a inserção do progresso técnico que, por sua vez, leva ao aumento da renda, a demanda torna-se variada. A intervenção das inovações tecnológicas nos produtos primários faz com que haja uma diminuição nas relações entre a renda real e o crescimento produtivo de bens primários. O que proporciona, também, uma maior redução dos produtos primários na demanda global da população. (PREBISCH, 2000). Com isso, cresce a produção e a demanda mundial por bens produzidos nos centros industrializados e se diminui, gradativamente, a demanda dos centros industriais por produtos primários.

A combinação de todos esses fatos, resultantes da evolução da técnica produtiva, tem uma consequência de importância primordial para a periferia, pois, em virtude deles, as importações de produtos primários nos centros industrializados tendem a crescer com menor intensidade do que a renda real. Em outras palavras, a elasticidade-renda da demanda de importações primárias dos centros tende a ser menos que um. (PREBISCH. 2000, p.183).

Isto posto que, para Prebisch, a produção primária dos centros industrializados impacta no aumento da produção industrial dos centros. Em muitos casos, por conta do avanço técnico, os produtos primários do centro conseguem competir externamente com a produção da periferia (mesmo com o custo baixo de mão-de-obra). Ou ainda, há casos em que o centro adere a medidas protecionistas, em relação à produção primária, para defender o

mercado interno da concorrência periférica. No centro, esta dicotomia contribuiu para que a maior parte da população ativa estivesse empregada. A periferia, contudo, é lesada com a desigualdade nos setores produtivos (internamente e externamente se for comparada com outros países) e a dificuldade de manter o pleno emprego.

Outrossim, o progresso técnico, em sua execução e ampliação, necessita de alto investimento de capital. Por conseguinte, embora precise de grandes investimentos para serem o progresso técnico – como eleva a renda e os salários com base na produtividade – o capital é intensificado. A elevação dos salários e a intensificação do capital contribuem para a propagação de novos setores produtivos e, conseqüentemente, novos mercados.

Quanto maior for o emprego do progresso técnico nos centros industrializados, maior é a produtividade e maior é a renda. Tal sistema influencia nas exportações da periferia, junto com a estruturação da demanda e o grau de protecionismo que o centro emprega em suas produções primárias. (PREBISCH, 2000). Por outro lado, por a exportação depender da demanda da periferia, ocasionaria na elasticidade da demanda. Que, conseqüentemente, frustraria as tentativas de aumento da produção de economias primárias. Porque, o aumento excessivo da produção para exportação, sem levar em consideração o nível de renda do centro e o nível da demanda, implicaria na desvalorização dos produtos primários.

Não obstante, por efeito da especialização focada em bens primários, os países produtores de bens primários, por vezes, adotam estas medidas de ofertar mais do que os centros industriais podem demandar. Logo, a queda dos valores da produção da periferia atravança o crescimento econômico dos países exportadores de produtos agrícolas.

Diante disso, o progresso técnico desenvolvido na periferia torna a produção heterogênea, porque busca aprimorar, a priori, o setor primário. Então, como o progresso técnico se dá de forma lenta nos outros setores, o setor primário – que está especializado –, transfigura-se no principal instrumento de troca dos países subdesenvolvidos no mercado internacional. Todavia, como o sistema de produção heterogêneo é característico das economias latino-americanas, observa-se que a heterogeneidade da produção e o crescimento econômico das economias centrais contribuem para que a América Latina esteja submissa economicamente do centro.

2.5. Centro e periferia

O conceito de Centro e Periferia refere-se, em suma, aos aspectos econômicos e sociais de alguns países de acordo com o seus respectivos graus de desenvolvimento e sua influência sobre os outros. Traduzindo de maneira generalizada (e, por vezes, empírica), o centro corresponde aos países desenvolvidos, que produzem a larga escala bens de consumo industrializados; e, por seu turno, a periferia corresponde aos países subdesenvolvidos produtores de bens primários.

Sobre a comparação com os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, Cardoso e Faletto (2011, p.39-40) discorrem:

[...] o esquema de “economias centrais” e “economias periféricas” pode parecer mais rico de significação social que o esquema de economias desenvolvidas e economias subdesenvolvidas. Nele pode-se incorporar de imediato a noção de desigualdade de posições e de funções dentro de uma mesma estrutura de produção global. Entretanto, não seria suficiente nem correto propor a substituição dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento pelos de economia central e economia periférica ou – como se fossem uma síntese de ambos – pelos de economias autônomas e economias dependentes. De fato, são distintas tanto as dimensões a que estes conceitos se referem quanto sua significação teórica. (CARDOSO; FALETTO. 2011, p.39-40)

Isto posto, para os autores, o subdesenvolvimento e o desenvolvimento, no contexto de dependência, são processos que influem, e coexistem, nas condições políticas e econômicas em âmbitos internos e externos. A condição de subdesenvolvimento evidencia níveis de diferenciação nos sistemas produtivos e, por fazer parte do contexto de dependência, vincula-se diretamente à existência e ao funcionamento das esferas políticas e econômicas dos países. Com isso, Cardoso e Faletto (2011, p.40), colocam que as noções de centro e periferia não levam em consideração os aspectos sociais e políticos que são afetados pelas relações de dependência.

A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo, [...], sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, [...]. As noções de “centro” e “periferia”, por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência. (CARDOSO; FALETTO. 2011, p.40)

Em contrapartida, Raúl Prebisch (2000, p.71-72) considera a estrutura “centro” e “periferia” como resultado do processo histórico, onde a maneira de como o progresso técnico foi desenvolvido no mercado internacional, no decorrer da história, determina a classificação em centro ou periferia. No caso da América Latina, embora esteja encaixada na lógica periférica de produção e exportação de bens primários para o centro, nota-se que a conjuntura econômica e histórica permite que a periferia possa se industrializar. Isto porque a economia capitalista é cíclica, e os ciclos geram disparidades entre demanda e oferta. Prebisch (2000, p.86) explica que

no progresso cíclico, há uma disparidade contínua entre a demanda e a oferta globais de artigos de consumo produzidos nos centros cíclicos. Na fase ascendente, a demanda ultrapassa a oferta e na descendente ocorre o inverso. O volume e as variações do lucro estão intimamente ligados a essa disparidade. O lucro aumenta na fase ascendente e, com isso, tende a corrigir o excesso de demanda através da alta dos preços, e diminui na descendente, com isso tendendo a corrigir o excesso de oferta pela baixa dos preços. (PREBISCH. 2000, p.86).

Conforme Edgardo Floto (1989, p.150), o progresso técnico na América Latina foi direcionado, principalmente, à exportação de bens primários, de forma que os outros setores econômicos ficaram com déficit de mão-de-obra, já que a demanda interna era solucionada com importações.

A fin de que la periferia pudiera cumplir su papel de proveedor de materias primas y alimentos de manera eficiente, el progreso tecnológico se orientó principalmente hacia su sector de exportación primaria. Esto dio lugar a una estructura interna altamente especializada, por cuanto una gran proporción de los recursos productivos se consagraron a ampliar el sector de exportación primaria. El resto de los sectores económicos se dejaron rezagados, con una productividad baja de la mano de obra, ya que la demanda interna de otros bienes y servicios se satisfacía mediante importaciones y no con producción propia.(FLOTO. 1989, p.150)⁸

Ainda assim, para Floto, a produção da periferia era especializada e diversificada. Por conter pouca mão-de-obra nos demais setores econômicos – que mesmo assim tinham altos níveis de produtividade –, a produção é caracterizada como heterogênea. Em contrapartida, no centro, o progresso técnico era propagado de forma equivalente no sistema de produção interno, o que permitia uma estrutura variada de produtividade, mas homogênea. Logo,

⁸ “A fim de que a periferia pudesse cumprir seu papel de provedor de matérias primas e alimentos de maneira eficiente, o progresso técnico orientou-se principalmente em seu setor de exportação primária. Isto deu lugar a uma estrutura interna altamente especializada, por uma grande proporção dos recursos produtivos que se consagraram a ampliar o setor de produção primária. O resto dos setores econômicos ficou rechaçado, com uma produtividade baixa de mão-de-obra, já que a demanda interna de outros bens e serviços se satisfazia mediante importações e não com produção própria.” Tradução nossa.

devido à homogeneidade e equivalência do progresso técnico nos setores produtivos, o centro exercia com eficiência o papel de produtor e exportador de bens industriais. (FLOTO. 1989, p.150).

Porém, no contexto capitalista, quanto maior a produtividade, maior é o crescimento da economia. E a indústria possui, por natureza, maior progresso técnico que a produção de bens primários. Mesmo com a produção primária especializada; e mesmo sendo beneficiada com as fases ascendentes dos processos cíclicos – na qual a demanda por bens primários é /maior que a oferta, o que influencia na transferência dos lucros para a periferia –; a economia periférica, neste sentido, torna-se fragilizada porque, do mesmo modo que há crescimento nas fases ascendentes, há contração da lucratividade nas fases descendentes. (PREBISCH. 2000, p.87). O que, de certa forma, torna a economia periférica frágil em relação ao mercado internacional, porque aflige o desenvolvimento da economia de países periféricos.

Todavia, apesar das variáveis econômicas que o capitalismo impõe à periferia, é inviável considerar como centro e periferia, dentro das concepções da CEPAL, termos substitutos de “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”; ou “países industrializados” e “países não-industrializados”. Além de ser desenvolvido, um país que se classifica como economia do centro, exerce uma espécie de controle sobre as economias de seu entorno – periféricas. (FLOTO. 1989, p.149). Tal influência contribui para que haja desigualdade econômica, distanciando os dois polos: centro e periferia.

2.6. Divisão Internacional do Trabalho

De forma ampla, com base na teoria clássica da vantagem comparativa firmada por David Ricardo no século XVIII, a definição de Divisão Internacional do Trabalho consiste na especialização da produção realizada por determinado um país para que o mesmo possa comercializar intensivamente com outros países. Quando um país se especializa na produção de um bem, e esta especialização é permitida por outros países, o país possui uma vantagem comparativa na produção deste bem. Isto porque o custo de produção no país especializado é mais baixo em relação ao custo de produção que países não especializados teriam se o produzissem. (KRUGMAN; OBSTFELD. 2005).

Contudo Marx critica as teorias de Adam Smith (teoria das vantagens absolutas, que consistem na produção sob um custo baixo) e David Ricardo, pois, segundo ele, a divisão do trabalho pressupõe a concentração dos meios de produção nas mãos de capitalistas

independentes que, em algum momento, irão se confrontar para disputar o mercado. Ocasionalmente a concorrência desenfreada.

A divisão social do trabalho faz confrontarem-se produtores independentes de mercadorias, os quais não reconhecem outra autoridade além da concorrência, além da coação exercida sobre eles pela pressão dos recíprocos interesses, do mesmo modo que no reino animal a guerra de todos contra um, o *bellum omnium contra omnes*, preserva mais ou menos as condições de existência de todas as espécies. (MARX. 2006, p.411)

A crítica de Raul Prebisch se justifica que, no sistema ricardiano, o desequilíbrio entre os mercados é latente. Um país que tem distribuição de renda; renda *per capita* alta; equilíbrio na balança de pagamentos; e industrialização acelerada, possui mais vantagens e se beneficia mais da divisão internacional do trabalho do que um país de economia agroexportadora.

A América Latina, de acordo com Prebisch (2000, p.73), possui condições de crescer economicamente e investir na industrialização. A solução está em estimular o comércio exterior e diversificar as exportações, por meio do progresso técnico. Logo, segundo ele,

Quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, tanto maiores serão as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, mediante uma intensa formação de capital. A solução não está em crescer à custa do comércio exterior, mas em saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico. (PREBISCH. 2000, p.73)

De certa forma, o progresso técnico cepalino substituiu a teoria das vantagens comparativas de Ricardo, no caso da América Latina. Pois, ao invés de haver a especialização em um único bem de produção, como ocorre nas vantagens comparativas, a indução da técnica nos sistemas produtivos elevaria a produção e, ao equilibrar a inserção da técnica nos vários modelos produtivos, o progresso técnico tornaria a economia latino-americana heterogênea. Assim, a economia diminuiria a sua vulnerabilidade em competir no mercado internacional e aumentaria o seu crescimento interno, pois todos os setores econômicos estariam especializados igualmente.

3. A inserção econômica do gado bovino e a composição da estrutura fundiária no Brasil e no Uruguai

A criação de gado, no *Pampa Gaucho*, fora introduzida pelos colonizadores em meados do século XVI. Do século XVI ao século XX (precisamente em 1939)⁹, a pecuária bovina foi uma das principais atividades econômicas exercidas na região do *Pampa Gaucho*. Não obstante, a introdução do progresso técnico na pecuária, no decurso de quatro séculos, se deu de forma gradual e lenta. À vista disso, este capítulo abordará a inserção econômica do gado e a formação da estrutura fundiária na parte brasileira e uruguaia a partir da chegada dos primeiros rebanhos ao *Pampa Gaucho*.

3.1. Antecedentes históricos

A América Latina foi colonizada pelas Coroas Ibéricas a partir de 1492, logo após o descobrimento da América. Contudo, o estuário do Rio da Prata só foi descoberto em 1513 por expedições portuguesas. Como noticiaram a existência de metais preciosos na região, a Coroa Espanhola encomendou uma expedição ao Prata que se realizou em 1516. Até 1531, – dado que Portugal defendia possuir legitimamente o território platino, pois o tinha descoberto –, foram realizadas várias expedições ao estuário do Prata, tanto espanholas, quanto portuguesas. (GARCIA, 2011).

Em consequência da demarcação feita na América do Sul pelo Tratado de Tordesilhas antes do descobrimento da América, a área compreendida pelo *Pampa Gaucho* foi motivo de litígio entre Espanha e Portugal até o século XVIII. Com o Tratado de Santo Idelfonso, em 1777, a Espanha ganhou a navegabilidade exclusiva do Rio da Prata.

Mesmo com a disputa entre Espanha e Portugal pelo *Pampa Gaucho*, os primeiros rebanhos foram introduzidos a partir do século XVII por parte dos espanhóis – muito embora os equinos foram trazidos no século anterior, por meio das primeiras expedições espanholas, com a finalidade bélica. (BARRIOS PINTOS, 2011). Aníbal Barrios Pintos (2011, p.24) explica que o gado bovino foi trazido pelo explorador, e governador de Assunção, Hernando Arias de Saavedra (conhecido também por Hernandarias) porque, por intermédio das expedições, os espanhóis notaram que a região Cisplatina era muito próspera para a criação de

⁹ Ano que finda o período abordado no estudo de caso deste trabalho: 1914 a 1939.

bovinos. Em carta direcionada ao Rei Felipe III da Espanha, Hernando Arias, descreve a região como propensa à pecuária:

Por la tierra biendola toda[...]se da todo con gran abundancia y fertilidad y buena para todo genero de ganados y de muchos arroyos y quebradas y riachuelos cercanos unos de otros y de mucha leña y madera de gran comodidad para edificios y estancias en que se criaran gran suma de ganados y para hacer molinos que es lo que aquí falta y todo con tan gran comodidad que se puede embarcar desde las propias estancias a bordo de los navíos gran suma de corambre y otros frutos de la tierra que se daran en grande abundancia. (BARRIOS PINTOS. 2011, p. 24-25. *apud* Hernandarias, 1608).¹⁰

A partir de 1608, Hernandarias iniciou sua exploração pelas *Bandas de los charrúas* – região ao norte do Rio Negro, no Uruguai – com o objetivo de povoar e, conseqüentemente, legitimar a ocupação espanhola. Para o explorador era conveniente que se iniciasse a povoação na Cisplatina, em especial no atual território uruguaio, para que começasse, também, a utilização da terra para atividades agrícolas. Segundo Barrios Pintos (2011, p.25), para Hernandarias, “seria conveniente o envio de espanhóis solteiros, familiarizados com a atividade agrícola e a criação de gado, para que formassem aqui suas casas com as filhas dos conquistadores estabelecidos em Assunção”.¹¹ (BARRIOS PINTOS. 2011, p.25).

O projeto de povoamento do Uruguai no início do século XVII não foi efetivado pelos governos sucessores de Hernando Arias de Saavedra. Contudo, com Azarola Gil (1933) e com Barrios Pintos (2011), a entrada do gado no *Pampa Gaucho* se divide em três fases, sendo a primeira e a segunda fase impulsionada por Hernandarias. A primeira fase compreende o ano de 1611, com a introdução de gado ao norte do Rio Negro; já a segunda fase compreende o ano de 1617, com a introdução de gado próximo a Buenos Aires. A última fase abarca a chegada dos jesuítas na Cisplatina. No entanto, no Uruguai, nota-se que a inserção do gado precede a povoação efetiva. (BARRIOS PINTOS, 2011).

O estuário do Prata era uma área estratégica disputada por espanhóis e portugueses. Enquanto os espanhóis realizavam suas explorações na Cisplatina, vindos de suas ocupações no Chaco paraguaio, os portugueses chegavam à região do atual Rio Grande do Sul, no Brasil, a partir do Atlântico.

¹⁰ “Observando a terra toda, tudo se dá com abundância, fertilidade e boa para criar todo tipo de gado. Tem muitos arroios e riachos próximos uns aos outros. Tem muita lenha e madeira de grande utilidade para edifícios, estâncias e para fazer moinhos, que é o que falta aqui, em que se criariam uma grande soma de gado. Ademais, tudo se dá com tão grande utilidade que se pode embarcar, desde as próprias estâncias, em navios com outros frutos da terra que se darão em grande abundância.” Tradução nossa.

¹¹ Tradução nossa.

Para Garcia, o território compreendido atualmente pelo Rio Grande do Sul foi descoberto em 1531 por meio da expedição de Martim Afonso de Souza. (GARCIA, 2011). Nesta expedição, que visava conhecer e demarcar o território platino como posse lusitana, Martim Afonso saiu do Porto dos Patos (região de Laguna - Santa Catarina) em direção ao Rio da Prata, percorrendo o litoral do Rio Grande do Sul e adentrando na Lagoa dos Patos. Para Garcia (2011, p.41), “é praticamente certo que o próprio Martim Afonso de Souza tenha explorado e nomeado o que considerou um curso d’água como ‘Rio Grande de São Pedro’, [...], presumivelmente em homenagem a seu irmão.” (GARCIA. 2011, p.41).

A expedição de Martim Afonso, junto com seu irmão Pero Lopes de Souza, ergueu várias demarcações de pedra ao longo da região do Prata, pela parte de Portugal. As limitações foram influentes na disputa entre Portugal e Espanha pela posse do *Pampa*. As mesmas tinham o caráter de conquista do território, pois, o Rio da Prata, era considerado o melhor caminho de partida até as minas de metais preciosos no Peru e na Bolívia.

Mesmo que a melhor alternativa para efetivar a posse da região seria povoando-a, tal alternativa só pode ser iniciada cem anos mais tarde, pelos esforços da Coroa Portuguesa em se estabelecer próximos ao porto de Buenos Aires – que, no presente, compreende Colônia de Sacramento. (GARCIA, 2011). Ainda assim, conforme Barrios Pintos (2011, p.41-42) devido à adaptabilidade do gado em se reproduzir na planície Cisplatina e em função das disputas coloniais, a criação de gado no *Pampa Gaucho* precede a povoação por parte dos colonizadores na região.

3.2. A presença jesuítica no Cone Sul e as invasões de bandeirantes

Da mesma maneira que havia habitantes nativos no litoral atlântico ao norte do Brasil, na região do Chaco paraguaio e, ao norte nas minas e na costa do Pacífico, havia também habitantes nativos na região do Prata. Para os colonizadores, os povos indígenas platinos dificultavam a conquista do estuário do Prata. Desse modo, vários índios foram massacrados em prol da colonização.

Na década de 1580, em virtude da complexidade de povoar a Cisplatina, Espanha e Portugal compartilharam a ideia de criar reduções para organizar os índios no *Pampa*. Até então, o *Pampa Gaucho* contava com várias aldeias indígenas. Além do êxito da exploração da costa atlântica brasileira, Portugal também se empenhava em povoar o interior do Cone Sul. Uma vez que a Coroa Espanhola não detinha recursos para povoar a Cisplatina e, que,

deveria garantir a soberania das províncias já conquistadas – Tape, Uruguai e Vera –, ao ver o sucesso da catequização feita por jesuítas em áreas lusas, a Espanha decidiu acatar a presença dos jesuítas em seus domínios. (GARCIA, 2011).

Esgotada a Espanha em homens e recursos, procurava ela havia algum tempo o modo de realizar a conquista definitiva dessas paragens, submetendo suas populações nômades e belicosas a uma obediência constante. Com tal objetivo, o Governo espanhol começou a empenhar-se para que os naturais da América fosse obrigados a viver em povoados onde lhes seria ensinada a doutrina evangélica e as práticas sociais do modo de vida europeu. (GARCIA. 2011, p.50. *apud* BAUZÁ. 1929, p.150).

Embora as reduções jesuítas não fossem do agrado dos governantes de Assunção e Buenos Aires – pois impossibilitava os colonizadores de explorarem mão-de-obra escrava indígena e, também, porque os jesuítas ficariam sob a supervisão dos portugueses –, para Barrios Pintos (2011, p.29-31) e Garcia (2011, p.51), ainda com Hernandarias de Saavedra, após ser derrotado por índios no Uruguai em 1603 (GARCIA, 2011), foi pedido ao rei espanhol Felipe III que fossem fundadas aldeias sob a tutela de padres que, por conseguinte, tornariam as relações entre índios e colonizadores suaves por causa da fé.

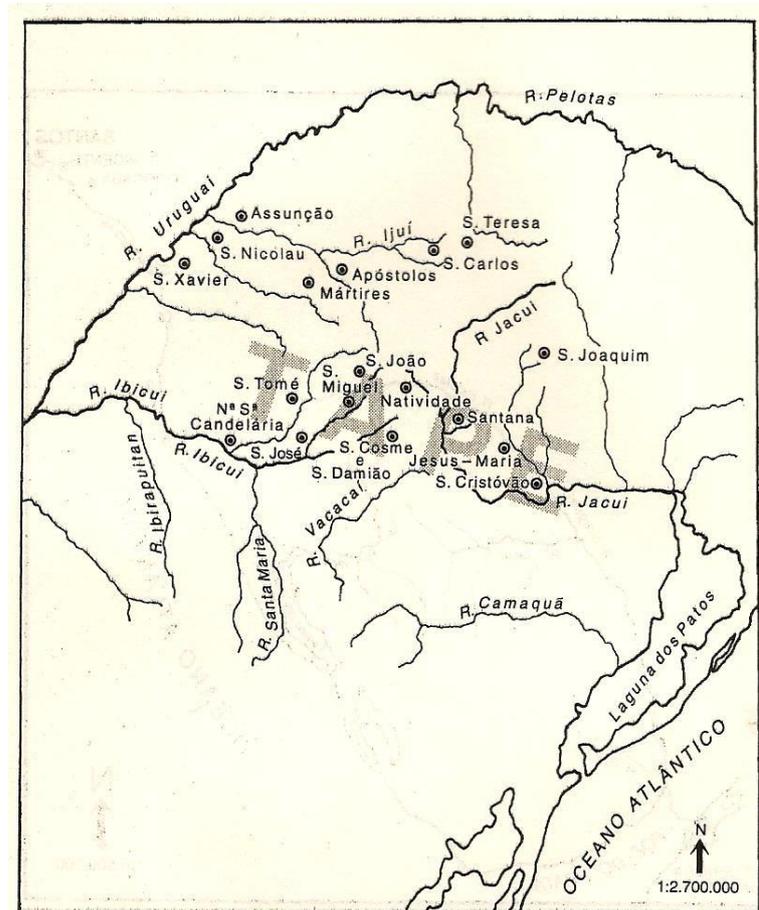
Porém, sob as iniciativas espanholas, a contar de 1610 os jesuítas iniciaram a fundação de suas reduções a partir de Guairá (no atual Paraná) e, em seguida, avançaram ao sul, em direção à margem oriental do Rio Uruguai e fundaram, entre 1624 e 1631, mais de quinze reduções jesuíticas.

Assim, em 1610, os jesuítas iniciaram a fundação de reduções no Guairá, atual estado do Paraná, com as aldeias de Loreto e Santo Inácio, região onde já se encontravam os povoados espanhóis de Vila Rica e Cidade Real. Em 1628, havia na região pelo menos quatorze reduções de índios aldeados. No atual Rio Grande do Sul, entre 1624 e 1631, foram estabelecidas cinco reduções principais, [...], na margem oriental do Uruguai [...]. Entre 1632 e 1634, foram organizadas pelo menos onze reduções, [...], na região do Tape, na parte central do Rio Grande do Sul. Dessa maneira, em cerca de vinte e cinco anos, a Companhia de Jesus conseguiu ocupar, com dezenas de milhares de índios sob sua tutela, as extensas regiões ao leste das respectivas jurisdições de agora dois emissários de alto nível da Coroa Espanhola: o Governador do Rio da Prata, sediado em Buenos Aires, e o Governador do Paraguai, sediado em Assunção. (GARCIA. 2011, P.51-52).

Consoante a Azarola Gil (1933), Mörner (2004) e a Barrios Pintos (2011), o estabelecimento das reduções jesuíticas alterou a dinâmica de povoação do *Pampa* e contribuiu para com o surgimento de uma estrutura produtiva no que toca a criação de bovinos. Ainda com menção a Barrios Pintos (2011, p.39-40), com os jesuítas, há a terceira fase de inserção do gado no *Pampa Gaucho*. Com a chegada de novos rebanhos, que se

uniram com os já assentados, as criações nos aldeamentos jesuítas eram destinadas à tração e à alimentação em regime de subsistência, até à chegada dos bandeirantes.

FIGURA 2
Mapa: As reduções espanholas no Tape



Fonte: TORRONTÉGUY, 1994.

Referente a isto, Torronteguy (1994) elucida que, os jesuítas espanhóis iniciaram a construção das reduções próximas às margens dos rios Paraguai e Paraná. Coincidentemente, ainda entre as décadas de 1620 e 1630, por efeito das expedições bandeirantes de São Paulo, a mando da Coroa Portuguesa, os padres se viram obrigados a abandonar suas instalações e foram até ao sul, na margem oriental do rio Uruguai, para fundar novas reduções.

Jesuítas espanhóis subiram os rios Paraguai e Paraná, construíram aldeamentos com fins catequéticos pelo Paraguai e Guairá. Bandeirantes e seus aliados, os índios tupis, destruíram Guairá e escravizaram os guaranis. A expansão paulista fez com que os padres espanhóis se retráissem e, por medo, descessem o rio Uruguai. Assim, entre 1626 e 1638, eles construíram as Reduções do Tape. (TORRONTÉGUY, 1994, p.20).

As expedições paulistas sob o comando do bandeirante Raposo Tavares, contudo, chegaram ao Tape em seguida, em 1635, de acordo com Torronteguy (1994, p.20). Junto da vontade de dominar a Cisplatina que estava na mão dos espanhóis, o outro objetivo das bandeiras era retornar a São Paulo com um número expressivo de cativos indígenas. Por dois anos, Raposo Tavares devastou as reduções espanholas e levou consigo uma quantidade considerável de índios na condição de escravos.

Embora os padres e índios conseguissem derrotar algumas das bandeiras que exploraram o Tape (as bandeiras de Fernão Dias, em 1637; e as bandeiras de Jerônimo de Barros e Manuel Pires, em 1641; por exemplo), os indígenas empenharam-se em retornar à vida que tinham em suas reduções. Mas, mesmo com a derrota das bandeiras, as reduções ou estavam destroçadas ou estavam ocupadas por bandeirantes que ficaram no *Pampa*. Segundo Garcia (2011), “o sucesso dos bandeirantes em seus objetivos fora em grande parte facilitado pela passividade dos colonos e autoridades do Prata e do Paraguai, [...], que compartilhavam com os paulistas sentimentos escravistas.” (GARCIA. 2011, p. 55).

Com a destruição das reduções nas margens orientais do rio Uruguai, índios já catequisados e padres jesuítas, migraram para a margem oeste do rio, pois estariam em solo de predominância espanhola. Então, os poucos bandeirantes que restaram no Tape, aproveitaram a estrutura das reduções e ali se estabeleceram.

No entanto, as bandeiras inseriram o gado na economia. Sob a tutela dos jesuítas, os rebanhos nas reduções tinham a finalidade de sustentar os aldeamentos. Os bandeirantes paulistas, no entanto, ao ocuparem as reduções jesuíticas, exploraram o gado e escravizaram os índios. Nesta ocupação de bandeirantes paulistas, somente o couro era comercializado (e contrabandeado) no estuário rio da Prata, junto aos escoamentos da Coroa espanhola.

Com a destruição e abandono das reduções jesuíticas do Tape, o gado lá criado se espalhou e retornou ao estado selvagem. Aventureiros espanhóis, portugueses e mestiços dedicaram-se, a partir daí, à atividade da preia do gado. O motivo econômico era a retirada do couro para ser vendido em centros coloniais do Prata e da Colônia do Brasil. (TORRONTÉGUY. 1994, p.22).

Concomitantemente, o estuário do Prata, e Buenos Aires, tornaram-se reduto comercial da região da Cisplatina. O porto de Buenos Aires escoava a produção colonial espanhola e, também, contribuía com o contrabando de couro dos portugueses. (TORRONTÉGUY, 1994). Embora seja atribuído a Hernando Arias de Saavedra (AZAROLA GIL, 1933; BARRIOS PINTOS, 2011) a primazia da implantação da criação de bovinos no

Pampa, constata-se, todavia que, foi com os bandeirantes paulistas a mando de Portugal, que a exploração econômica dos rebanhos bovinos teve início.

3.3 O estabelecimento das estâncias

Espanhóis e portugueses, ao acentuaram os fluxos comerciais no estuário do Prata, contribuíram com o desenvolvimento urbano da região. Em 1680, os portugueses fundaram a cidade de Colônia do Sacramento. (TORRONTEGUY, 1994). A fundação da cidade intensificou a disputa das Coroas Ibéricas pela Cisplatina. Segundo Torronteguy (1994, p.22), “a cidadela passou de mão em mão, ora portuguesa, ora espanhola. Porém, os espanhóis não conseguiram anular o comércio português litorâneo.” (TORRONTEGUY. 1994, p.22).

Independentemente da disputa com os espanhóis, os portugueses estabeleceram uma rota comercial entre Colônia e Laguna, que, por conseguinte, levava aos portos de São Paulo e do Rio de Janeiro os contrabandos de couro e carne. O bom funcionamento desta rota só foi possível com a ajuda de tropas de gado que ligava o interior do continente, – de onde era realizada a preia do gado para abatimento e retirada do da carne e do couro –, ao estuário do Prata e ao Atlântico. Conforme Teófilo Torronteguy (1994),

esta atividade era desenvolvida por tropas de gado que, mais tarde, se intensificaram, [...], pelos volumes dos negócios e pela importância no povoamento. O aumento populacional em Minas Gerais resultou no aumento do consumo de carne. [...] Os portugueses, progressivamente, aumentaram o contrabando e a venda ilegal do couro, que passavam, principalmente, por São Paulo e Rio de Janeiro, antes de pararem em outros centros consumidores. O valor de revenda do produto estimulava o seu tráfico. (TORRONTEGUY. 1994, p.23).

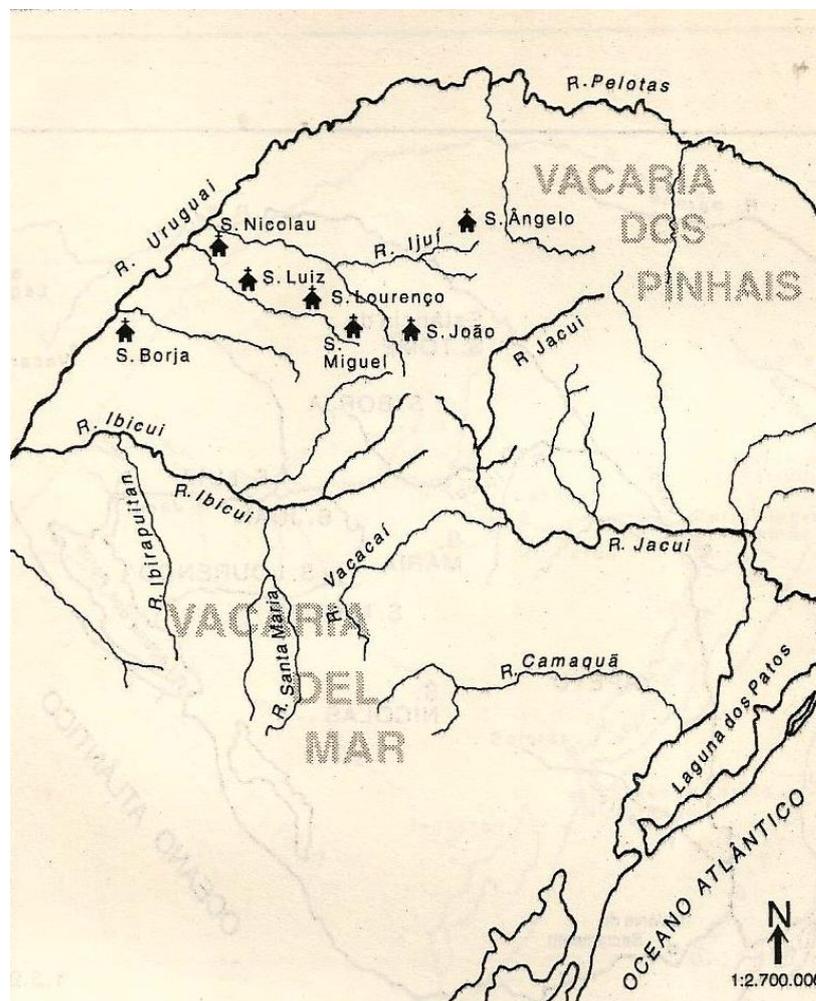
Ainda que para manter a rota fosse preciso implantar armazéns no decorrer do caminho, a organização que existia no Tape durante as reduções não persistia mais após as bandeiras. Como os jesuítas e a maioria dos índios catequisados foram para o oeste do rio Uruguai, o Tape perdeu boa parte de sua população. Os índios e os jesuítas, nas reduções, mantinham uma estrutura racional de manejo. Assim, o crescimento da população de bovinos se dava de maneira constante, mas sob o controle e dentro das reduções. (GARCIA, 2011). Tal sistema se perdeu após as invasões bandeirantes e o gado voltou à condição selvagem, o que possibilitou mais intenso do que quando estavam nas reduções.

O constante crescimento das manadas vinha do manejo racional dos jesuítas e seus índios: nas vastas fazendas de cada redução, após a introdução dos animais, havia a

proibição de sua exploração por períodos determinados, geralmente sete anos. Passado esse tempo, o abate era permitido em apenas dois meses por ano. (GARCIA. 2011, p.60).

Por efeito das invasões portuguesas e migração dos jesuítas, o gado se espalhou pelo *Pampa Gaucho*. Ainda que, era cada vez mais crescente a demanda por couro, carne e animais para transporte no Brasil colonial, a reprodução em massa dos rebanhos deu origem às duas Vacarias: Vacaria del Mar e Vacaria dos Pinhais.

FIGURA 3
Mapa: Vacaria del Mar e Vacaria dos Pinhais



Fonte: TORRONTÉGUY, 1994.

Devido às grandes extensões de terra e às disputas concentradas próximas ao litoral, era pouco possível que o território pudesse ser ocupado em sua totalidade. A difusão do gado resultou na formação das Vacarias. Nestas áreas, de acordo com Barrios Pintos (2011, p.42), havia grande concentração de rebanhos vacuns que se mantinha em estado selvagem. Apesar

disso, tanto a Vacaria del Mar, quanto a Vacaria dos Pinhais, eram exploradas por aventureiros da preia do gado que buscavam lucrar com o contrabando de couro e carne. (TORRONTEGUY, 2011).

A descoberta e a exploração das Vacarias incluiu o gado na dinâmica produtiva do Brasil colônia e do restante da América do Sul, visto que segundo Celso Furtado (1975, p.56-60), diferente dos rebanhos no nordeste brasileiro, que dependiam exclusivamente da economia açucareira, a pecuária Cisplatina era mais dinâmica, pois atendia as demandas por couro, carne e animais para transporte, tanto nas minas na região do Peru e da Bolívia, quanto suprimindo as demandas crescentes do Brasil colonial.

Contudo, a exploração da pecuária se deu de maneira mais organizada e, também, intensiva, a partir do retorno dos jesuítas em 1682 a margem oriental do rio Uruguai. Além de retornarem armados junto com os índios, os jesuítas estabeleceram missões, conhecidas como os Sete Povos das Missões.¹² Isto posto, segundo Garcia (2011, p.87-88) os jesuítas “estavam extremamente preocupados com as atividades econômicas e comerciais dos colonenses e luso-brasileiros, que tinham como um de seus esteios o gado que haviam introduzido e feito prosperar na Vacaria do Mar.” (GARCIA. 2011, p.87-88).

Em 1682 os jesuítas espanhóis retornaram à margem oriental do rio Uruguai, dando início à construção dos Sete Povos das Missões: São Nicolau, São Luiz, São Lourenço, São Miguel, São João, Santo Ângelo e São Borja. A partir de então, os jesuítas espalharam guardas de índios guaranis, desde o rio Uruguai até o Tape, antigo território das já não mais existentes reduções. Atitude militar clara de defesa de um espaço geográfico a ser reocupado; e o foi pelos espanhóis. Índios missionários catecúmenos, bem armados, ocuparam pontos estratégicos chamados guardas. Estes locais beneficiados serviam de pontos de observações e de base às rondas militares de um território bem definido. (TORRONTEGUY. 1994, p.23).

As Missões jesuíticas, diferente das reduções, tinham caráter militar. Por experiência das expedições de bandeirantes nas reduções, índios e padres se armaram para defender as missões de eventuais ameaças – tanto de outros índios não aldeados, como de luso-brasileiros. Então, de modo que pudessem proteger o território e explorá-lo economicamente, os jesuítas espanhóis distribuíram aos indígenas estâncias (grandes extensões de terra destinadas às atividades agropastoris) nas Vacarias para que os índios guaranis também pudessem explorar economicamente os rebanhos bovinos.

De 1682 a 1706, as Missões foram criadas e implantadas no Tape. (GARCIA. 2011, P.88). Apesar dos mestiços, espanhóis contrários às Missões e brasileiros (que junto com os

¹² Ver mapa 3.

portugueses representavam os interesses de Portugal na Cisplatina) sitiados no estuário do Prata não estarem de acordo com a distribuição de terras entre os indígenas – uma vez que a exploração do gado feita por padres e índios complicavam a estrutura comercial (e de contrabando) da exploração do couro já instituída por espanhóis e portugueses –, as estâncias indígenas, além de estarem armadas, estavam vinculadas às Missões.

Entre as Missões, as estâncias e as Vacarias se constituíram um vínculo de trocas e compras de produtos, já que, pelo convívio com os jesuítas, os índios guaranis atingiram um grau cultural significativo. (TORRONTEGUY, 1994).

Os indígenas das Missões, orientados por irmãos de ofícios, praticavam a metalurgia. Estes exemplos demonstram o poder civilizador das Missões num universo de modéstia dos recursos materiais. Era muito mais fácil uma troca comercial com traficantes das Missões, ou por intermédio das guardas, do que uma troca comercial demorada e até incerta com Laguna ou São Paulo. (TORRONTEGUY, 1994, p.24).

Em contrapartida, luso-brasileiros cooptaram indígenas que não era aldeados, para reivindicar terras que seriam legitimamente de Portugal – já que estavam dentro da demarcação feita pelos portugueses no século XVI. Ademais, os padres jesuítas eram contrários a qualquer influência de Portugal, pois, segundo Garcia (2011, p.88-89), os padres temiam que os portugueses, possivelmente, incluíam os índios missioneiros em seus súditos, e eles, por consequência, terem direitos de súditos da Coroa portuguesa.

Porém, para contrabalançar a influência das Missões jesuíticas no Tape, Portugal inicia com a distribuição de sesmarias, como forma de pagamento, a oficiais luso-brasileiros que ocuparam militarmente o *Pampa Gaucho*. A concessão das sesmarias além de fortalecer a presença portuguesa no Prata, servia para manter a rota de comércio dos portugueses entre o estuário do Prata e Laguna.

Para Kliemann (1986), as estâncias e as sesmarias, dão início ao estímulo a grandes propriedades monocultoras, predominantemente pecuaristas. Para Torronteguy (1994, p.140),

A estância teve um papel catalisador na formação do gaúcho. Ela foi o centro social do Continente. Com elevado grau de autossuficiência passou a se isolar dos centros urbanos representativos da cultura ibérica: Buenos Aires, Montevidéu, Rio Grande e Rio Pardo. As principais famílias de estancieiros eram de Sorocaba e São Vicente, que, com experiência em tropas de gado, encontraram nas terras sulinas ótimas pastagens. Desta forma, a estância, por meio dos vasos comunicantes do tráfico, mantinha contatos com aqueles centros e com a região missioneira, o suficiente para se suprir de produtos alheios à sua produção. Somente por seu intermédio foi que a ocupação ibérica se efetivou no sul. Ao mesmo tempo, foi dela que surgiu a primeira experiência social de autonomia local. (TORRONTEGUY, 1994, p.140).

A partir da estrutura da estância, apesar do afastamento dos centros urbanos e da especialização focada na pecuária, nota-se que a sociedade e a economia se desenvolvem ao redor do gado. De certa forma, por meio da organização em latifúndios, a exploração do gado bravio se tornou mais fácil e mais organizada em comparação à estrutura de exploração dos bandeirantes. As ofertas de carne e couro – que estavam em constante crescimento devido ao aumento da produtividade ocasionado pelos latifúndios –, puderam suprir as demandas (que também estavam em crescimento) das Coroas ibéricas e de suas colônias. O tráfico de couro não chegou ao fim, mas, por meio de um sistema mais organizado, a economia agropecuária do *Pampa Gaucho* pode ganhar mais espaço no mercado internacional.

3.4 A inserção comercial das charqueadas e dos *saladeros* ¹³

Em concordância com Floto (1989) e Prebisch (2000), a especialização dos meios de produção é dada quando há investimento. A lógica consiste em: quanto maior for o capital investido, maior é a especialização. No sistema latifundiário do Brasil e Uruguai coloniais não era diferente. As capacidades das estâncias concordavam com o poder aquisitivo dos estancieiros em investir em suas produções. Segundo Kliemann (1986), com o desenvolvimento da pecuária, a produção do Rio Grande do Sul (em relação ao Brasil) e do Uruguai, ficaram numa posição subordinada ao mercado, pois estavam voltadas para o extrativismo e a monocultura exportadora.

Antes da implementação das estâncias e de distribuição de sesmarias, além da produção ser rudimentar (MÖRNER, 2004), o acesso ao mercado era restrito. Inicialmente, embora a produção chegasse a Europa, era por intermédio de Espanha e Portugal. Porque, segundo Martins (2005, p.05), a logística dos tropeiros em levar o couro até o estuário do Prata era dificultosa devido às longas distâncias geográficas. O consumo da carne – e da carne seca, o charque – era para subsistência.

Segundo Furtado (1975, p.74), com a queda da economia açucareira e a expansão da economia mineradora no sudeste brasileiro, o gado que até então era vendido a custo baixo, começou a ser valorizado. Garavaglia e Gelman (2003, p.108), colocam que antes das estâncias,

¹³ Termo em espanhol que se refere às charqueadas.

en las regiones nuevas, como Banda Oriental (la futura República del Uruguay) o Entre Ríos, si bien la agricultura se encontraba poco desarrollada, el stock ganadero era mayor aunque se aprovechaba menos intensamente, ya que el abasto de carne para el mercado provenía mayormente de la propia Buenos Aires. Sólo hacia el final del siglo XVIII se empieza a desarrollar en la Banda Oriental una manufactura de salazón de carnes para exportar a los mercados esclavistas de América, pero que no alcanza niveles comparables a la enorme cantidad de vacunos que se sacrifican cada año para exportar básicamente el cuero, algo de sebo y poco más. (GARAVAGLIA; GELMAN. 2003, p.108).¹⁴

Com a organização produtiva imposta pelas estâncias, a oferta de produtos de origem animal se ampliou. A produção em larga escala de charque, na qual era característica do nordeste, se adaptou às condições do sul do Brasil e do Uruguai, já que a pecuária do nordeste brasileiro estava em crise em detrimento à crise economia açucareira – uma vez que o desenvolvimento da pecuária no nordeste dependia do ciclo açucareiro. (FURTADO, 1975). Caio Prado Júnior (1981, p.68-69), expõe que o aparecimento do charque

no comércio da colônia coincidiria com a decadência da pecuária nos setores do Nordeste, incapazes já de atenderem às necessidades do mercado. Ele encontra assim as portas abertas, e dispõe de vantagens consideráveis: um rebanho imenso que se tratava apenas de aproveitar. Não se perderá a oportunidade: em 1793 a capitania já exportava 13.000 arrobas de charque; nos primeiros anos do século seguinte alcançará quase 600.000. Excluído o rush do ouro, não se assistira ainda na colônia a tamanho desdobramento de atividades. (PRADO JÚNIOR. 1981, p.68-69).

A contar do final do século XVIII, e início do século XIX, os estancieiros brasileiros e uruguaios enriqueceram com a produção de charque, pois o charque era o principal alimento de escravos no Brasil e no Caribe. No lado brasileiro, devido à expansão comercial proporcionada pelo charque, os latifundiários investiram na compra de escravos para aumentar a produção. Até então, as estâncias, de acordo com Kliemann (1986, p.18) eram baseadas num complexo familiar e comunal.

Diferente das charqueadas no lado brasileiro, embora o trabalho exercido nos *saladeros* fosse o mesmo, a produção de charque não utilizava somente mão-de-obra escrava. No lado uruguaio, a produção utilizava mão-de-obra assalariada (ainda que barata) de peões e charqueadores.

¹⁴ “Nas novas regiões, como a Banda Oriental (a futura República do Uruguai) ou Entre Rios, a agricultura se encontrava pouco desenvolvida, o volume do gado era grandioso ainda que se aproveitasse com menos intensidade, já que o abate de carne para o mercado era proveniente da própria Buenos Aires. Só no final do século XVIII que começou a se desenvolver na Banda Oriental uma manufactura de carne seca para exportar aos mercados escravistas da América, mas que não alcança níveis comparáveis à grande quantidade de bovinos que se sacrificam a cada ano para exportar basicamente o couro, sebo e um pouco mais.” Tradução nossa.

A estância de criação de gado, onde antes o trabalho era quase familiar, transformou-se. A nova situação exigia peões campeiros e charqueadores. No Continente os changadores não eram, em número, suficientes para a demanda. Além disso, o costume de andarem livres não oferecia ao patrão segurança da continuidade do trabalho, pois esses gaúchos estavam acostumados às andanças pelo território. Os donos das charqueadas mantinham compromissos com empresas comerciais que se dedicavam ao abastecimento de populações da Colônia do Brasil. (TORRONTEGUY. 1994, p.30).

De certa forma, na lógica de exploração do latifundiário, era mais cômodo utilizar mão-de-obra escrava do que assalariada. Porque, como havia concorrência entre as estâncias do Brasil e do Uruguai nos mercados, ao optar pela escravidão, parte dos rendimentos não seriam destinados a trabalhadores, como era feito na Banda Oriental. Assim sendo, ao optar pela escravidão, os estancieiros acumulariam mais renda caso utilizassem mão de obra assalariada.

Todavia, as estâncias no Uruguai também acumulavam renda e, em quantidade consideravelmente inferior aos latifúndios brasileiros, os *saladeros* também utilizavam de mão-de-obra escrava em suas manufaturas.

No século XIX, as independências do Brasil (1822) e do Uruguai (1825) alteraram a configuração comercial, o que, de certa maneira, impactou na demanda de couro e charque. Apesar de a estrutura colonial ter findado e os limites territoriais ainda não estarem determinados – a demarcação territorial ainda era objeto de litígio entre os dois países –, Brasil e Uruguai eram concorrentes comerciais e competiam pelos mesmos mercados: o sudeste brasileiro e o Caribe.

Ainda que, a produção das charqueadas e dos *saladeros*, de acordo com Caio Prado Jr. (1981, p.69), era pouco especializada assim como as antigas produções no nordeste brasileiro, as estâncias brasileiras e uruguaias, independentemente da concorrência, desconheciam os limites territoriais. Algumas estâncias estavam situadas nas linhas fronteiriças, o que propiciava a mobilidade de fatores produtivos, juntamente com o tráfico de escravos, gado, mulheres e sal.

A grande mobilidade dos rebanhos facilitou a entrada do gado platino pelo território onde é hoje a República Oriental do Uruguai. Os estancieiros não conheciam os limites fronteiriços. O gado passou a ser produto de contrabando. Famílias de estancieiros, comprometidas entre si, dominavam a Vacaria do Mar, [...]. Junto com esta verdadeira arquitetura mercantil, que envolvia o tráfico de escravos, armas, gado, objetos de metal e mulheres, se desenvolveu com grande intensidade o tráfico do sal. (TORRONTEGUY. 1994, p.30-31).

Junto ao crescimento das estâncias e ao crescimento das cidades, o sul do Brasil, precisamente o Rio Grande do Sul, foi ganhando mais autonomia frente às demais partes do território brasileiro. Mesmo com a mobilidade de fatores entre Brasil e Uruguai, e o distanciamento da Corte no Rio de Janeiro, não havia um sentimento de pertencimento ao Brasil, como não havia tal sentimento em relação ao Uruguai. Havia, entre os rio-grandenses e os *norteños*¹⁵, uma única consciência de identidade cultural, adquirida após várias disputas territoriais. (TORRONTEGUY, 1994).

Não obstante, a centralidade do Império brasileiro em cobrar altos impostos das charqueadas no sul, gerou indignação por parte dos estancieiros. Em resposta, os latifúndios aumentaram o preço do charque. A supervalorização do charque do RS culminou na troca de fornecedores do Império. Isto é, o Brasil começou a comprar charque do Uruguai, como forma de forçar as estâncias do lado brasileiro a diminuírem os seus preços.

De outro lado, não era conveniente a Coroa brasileira que os estancieiros rio-grandenses ficassem ao lado dos platinos e emprestassem seus homens a eles quando havia conflitos militares pela fronteira. Segundo Pesavento (1985, p.102), o Rio Grande do Sul “sempre havia contribuído com seus homens nas guerras com os povos platinos, mas a chefia das tropas era sempre confiada a alguém de fora da província.” (PESAVENTO. 1985, p.102).

Essa situação impactou na eclosão da Revolução Farroupilha em 20 de setembro de 1835 que, em 1836, proclamou a independência do RS em relação ao restante do Brasil. O conflito que durou dez anos, foi liderado por estancieiros representados pela figura de Bento Gonçalves. E só se sustentou economicamente com a ajuda dos uruguaios que vendiam o charque rio-grandense, como se fosse uruguaio, ao Império brasileiro.

A guerra só chegou ao fim por causa das condições impostas pelos dois lados. O que incluía desde a proibição da compra de charque estrangeiro feita pela monarquia brasileira, à participação militar do RS ao lado do restante do Brasil em possíveis conflitos platinos.

Avizinhava-se novos conflitos na região do Prata, para os quais o Império brasileiro precisava o apoio militar do Rio Grande do Sul. Para obter a paz e contar com os gaúchos do seu lado, o Império atendeu algumas das reivindicações dos farrapos: dificultou a entrada no Brasil do charque estrangeiro, permitiu que os gaúchos escolhessem seu governante e determinou que todos os farroupilhas poderiam passar para o exército brasileiro com os mesmos postos com que lutavam nas forças rebeldes. (PESAVENTO. 1985, p.102).

O fim da guerra não alterou a configuração econômica do RS de maneira expressiva. (MARTINS, 2005). Visto que o Rio Grande do Sul retomou os seus mercados com o restante

¹⁵ Denominação aos habitantes que vivem ao norte do Rio Negro no UY.

do Brasil que, por sua vez, adotou medidas protecionistas em relação à produção rio-grandense. Bem como, as relações comerciais existentes antes da guerra e a competitividade com os *saladeros* uruguaios já havia sido retomada.

O pós-guerra dos Farrapos contribuiu para o fortalecimento das estâncias no Rio Grande do Sul. Já que as mesmas estavam entrando em decadência por causa da alta do preço do charque e com a extinção da doação de sesmarias a partir de 1822. (KLIEMANN. 1986, p.18). Quando foi estabelecida a lei de terras, em 1850 – que estabelecia a aquisição de terras mediante compra e venda –, a economia do charque já havia tomado fôlego e se reestruturado. Tal reestruturação impactou no crescimento de centros urbanos e na criação de portos no RS (porto de Rio Grande e os portos fluviais de Porto Alegre e Pelotas). Portos, nos quais, intensificaram a ligação com Montevideú e Maldonado, no Uruguai, beneficiando-o também.

O final do século XIX, desse modo, foi marcado pela ampliação dos mercados no Brasil e no Uruguai. O aumento da produtividade, a dilatação da demanda, a expansão urbana, acrescidos da entrada de investimentos bancários e do lucro da produção, se tornaram base para a industrialização do sul do Brasil e do Uruguai no início do século XX.

4. As Bases Industrialização no sul do Brasil e no Uruguai e a Primeira Guerra Mundial

A fase de 1870 a 1920, de acordo com Bértola; Herrlein Jr.; Moraes; e Yaffé (2003), marca a transição do sul do Brasil e do Uruguai de uma economia manufatureira de charque, para a industrialização. Junto com a conjuntura econômica e política dos dois países, a industrialização mediante o avanço rápido do progresso técnico, só foi possível por obra dos Estados.

Como visto no capítulo anterior, após a Revolução Farroupilha, com o reestabelecimento das relações comerciais entre o RS e o restante do Brasil, o Rio Grande do Sul pode especializar suas atividades manufatureiras. Apesar da conjuntura política brasileira – abolição da escravatura e a transição para a mão-de-obra assalariada, por exemplo –, o RS conseguiu se adaptar graças ao acúmulo de renda e às demandas externas.

No que toca o Uruguai, segundo Moraes (2003, p.277), assim como o sul do Brasil, no final do século XIX, o acúmulo de renda foi um fator propulsor da aceleração do progresso técnico na pecuária uruguaia. Contudo, diferente do RS, o Uruguai optou por diversificar a produção manufatureira e investir na ovinocultura para minimizar riscos futuros.

Ou seja, o sul do Brasil e o Uruguai, em suas peculiaridades, de 1870 a 1913 conseguiram impulsionar o progresso técnico e dinamizar suas estruturas produtivas. Todavia, segundo Celso Furtado (2007, p.174), a especialização dos bens primários pode ser acompanhada pelo crescimento das demandas de importações de alimentos. O que, subentende-se que o crescimento da importação de alimentos é reflexo do aumento populacional.

A I Guerra Mundial, em 1914, acelerou ainda mais a produtividade dos dois países e contribuiu com o aprimoramento das indústrias de base recém instaladas. A produtividade industrial frigorífica atingiu o seu ápice devido à demanda que, por sua vez, estava em crescimento acelerado por causa da guerra.

Desse modo, este capítulo irá abordar o início da industrialização de carne bovina no sul do Brasil e no Uruguai, de forma que seja ressaltada a relação dos frigoríficos com a demanda elástica proporcionada pela I Guerra Mundial. À vista disso, o capítulo irá ponderar sobre a elasticidade da demanda por carne bovina no pós I Guerra, de maneira que seja evidenciada a repercussão da crise econômica de 1929 na produtividade do Rio Grande do Sul e do Uruguai até 1939.

4.1 As bases para a industrialização de carne no Rio Grande do Sul (BR) e no Uruguai (1870-1910)

Os primeiros passos para a industrialização nos dois territórios teve início a partir de 1870. O final do século XIX propiciou o aprimoramento da técnica no sistema produtivo de criação e abate do gado. Posto que, a conjuntura econômica mundial induzia à transição para o sistema capitalista industrial para que as produções de gado do sul brasileiro e do Uruguai se mantivessem no mercado internacional.

As produções das charqueadas e dos *saladeros* foram fundamentais neste processo, já que foi por meio da arrecadação dos latifúndios e do acúmulo de renda que o progresso técnico pode avançar tão rapidamente. Assim sendo, iremos esmiuçar separadamente o início da industrialização da produção bovina no Rio Grande do Sul (BR) e no Uruguai dentro do período de implantação industrial desses locais: de 1870 a 1910.

4.1.1 O contexto econômico do Rio Grande do Sul (BR) e a pecuária bovina

Antes da Revolução Farroupilha, a economia do charque começava a decrescer lentamente em razão da falta de diálogo com o poder central monárquico brasileiro. Embora a economia do charque fosse um dos setores mais importantes economicamente para o Brasil Império, ao optar por comprar charque do concorrente – o Uruguai, o Império Brasileiro colocou em risco a economia do Rio Grande do Sul. A produção de charque era, não obstante, voltada em atender as demandas internas.

O fim da Guerra dos Farrapos e os acordos de paz instituídos com ao final da mesma trouxe às charqueadas uma nova perspectiva de manter-se no mercado. As medidas protecionistas do Império, em relação ao charque, deram ao Rio Grande do Sul, naquele momento, a garantia de que o charque permaneceria, por um bom tempo, um negócio consideravelmente rentável aos estancieiros.

O contexto social do Brasil Império mostrou que as charqueadas necessitavam se adaptar, pois a técnica empregada nestas estruturas era a mesma desde o início de sua implantação no Rio Grande do Sul, em meados do século XVIII. Ainda que o fim da escravidão fosse iminente e a transição para a mão-de-obra assalariada se desse de forma compulsória, a pecuária conseguiu se adaptar da crise por meio do suporte dos demais setores econômicos.

Até 1870, de acordo com Pesavento (1979, p.199-200), a produção de charque estava estagnada. A demanda por charque estava num estado inelástico e a produtividade sem dinamismo. Enquanto as estâncias do Uruguai estavam se especializando e, conseqüentemente, modernizando a infraestrutura das cidades, o Rio Grande do Sul e sua produção bovina estavam estacionados. Em parte, tal estagnação da pecuária se deve à ausência da participação de estancieiros no cenário político da época. (PESAVENTO, 1979).

O estado do Rio Grande do Sul, como um todo, já estava com a produção diversificada neste período. As regiões norte e nordeste do estado, caracterizadas pela forte imigração de açorianos, alemães e italianos, contavam com pequenas propriedades rurais baseadas na estrutura de produção familiar. O que, diferente da metade sul, não eram baseados na monocultura latifundiária característica da pecuária.

A economia rio-grandense, de certa forma, atendia as demandas internas no que tange à produção de alimentos. Contudo, somente na pecuária da metade sul do RS, conseguiu-se acumular consideravelmente a renda fruto das vendas de charque. (HERRLEIN JÚNIOR, 2003). Em suma, a economia do charque e seus latifúndios, não teria perspectiva alguma de se adaptar ao novo contexto capitalista sozinha. Percebe-se, então que, devido ao suporte dado das demais culturas agrícolas, que a pecuária conseguiu dar início à sua modernização.

Todavia, dada a sua diversificada base agropecuária, o Rio Grande conseguia adaptar-se às crises em função da alternância do produto exportado, o que lhe permitia um novo entrosamento com as necessidades do mercado brasileiro. O papel de atender à demanda interna nacional de gêneros de primeira necessidade foi cumprido pela agricultura colonial, praticada por colonos alemães e italianos. Desenvolvida em termos de uma agricultura comercial especializada, na base da pequena propriedade e da mão-de-obra familiar, gerou internamente um mercado e uma possibilidade de incipiente capitalização na área. (PESAVENTO, 1979, p.201).

Durante a República Velha no Brasil, a economia era descentralizada e não existiam complexos regionais produtivos coligados. O desenvolvimento econômico brasileiro se deu de forma isolada e desigual. (MARTINS, 2005). Enquanto os países platinos já contavam com a especialização da produção agropecuária – que culminaram na construção de ferrovias e estradas que ligavam o interior aos portos –, o Rio Grande do Sul estava deveras atrasado em comparação ao Uruguai.

Um dos fatores que propiciaram a rápida transição do Uruguai, para a estrutura capitalista especializada no fim do século XIX, foi o uso de mão-de-obra assalariada nos *saladeros*. (FERNÁNDEZ, 2007). Pois, segundo Pesavento (1979, p.200), nos países em que a pecuária era parte central da economia, ou seja, na Argentina e no Uruguai, os pecuaristas,

que constituíam a classe dominante tinham o apoio de seus governos para se especializarem e ampliarem as suas produções.

No contexto gaúcho, o charque foi o ramo de atividade que maior concentração de riqueza gerou, mas mesmo assim a problemática que se configurou foi a da concorrência platina, que se estabeleceu de forma crucial pela defrontação dos dois tipos distintos de organização do trabalho: a economia mercantil de base escravocrata da charqueada gaúcha e a assalariada do *saladeiro* platino. (PESAVENTO. 1979, p.199).

Os latifundiários sulistas, no entanto, encontraram dificuldades em se adaptarem ao novo contexto de mão-de-obra livre e assalariada. Para Cardoso, houve um prolongamento da escravidão, onde, “não houve, no período de transição da economia de mão-de-obra livre, nenhum fator que instigasse, na economia do charque, a formação de uma nova camada de novos empresários, sem compromissos insuperáveis com o passado escravocrata.” (CARDOSO. 1962, p.233).

Celso Furtado (1975, p.141), coloca ainda que:

Observada a abolição de uma perspectiva ampla, comprova-se que a mesma constitui uma medida de caráter mais político que econômico. A escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder como forma de organização da produção. Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda. Sem embargo, havia-se eliminado uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial e que, ao perpetuar-se no século XIX, constituía um fator de entorpecimento do desenvolvimento econômico do país. (FURTADO. 1975, p.141).

Contudo, embora tais fatores favorecessem o declínio total das produções agropecuárias na metade sul do RS, com a adoção progressiva da mão-de-obra assalariada, a produtividade da pecuária voltou a crescer, ainda que lentamente.

O latifúndio e a forma de vida nas estâncias puderam acomodar os homens despossuídos, provendo-lhes condições de subsistência, enquanto manteve-se suficientemente baixa a densidade demográfica e a modernização trazida pelos transportes e pelo comércio não rompessem e transformassem o perfil da inserção mercantil da produção das estâncias. (HERRLEIN JÚNIOR. 2003, p.245).

Aos poucos a produtividade agropecuária foi se adequando à nova conjuntura de divisão internacional do trabalho. Em razão da melhoria na infraestrutura do Uruguai e ao aumento da produtividade, o Rio Grande do Sul iniciou, a partir disso, com o avanço do progresso técnico na pecuária para poder concorrer de forma eficiente. (MARTINS, 2005).

Contudo, a pecuária no RS, por ter caráter periférico e dependente, só conseguiu alavancar após as crises que a Argentina e Uruguai apresentaram no início do século XX. Já que, concomitante a isto, o Rio Grande do Sul começou a melhorar a sua infraestrutura para que as relações comerciais internas e externas fossem intensificadas (AMARAL, 2011).

Dessa forma, de 1870 a 1910, a pecuária no Rio Grande do Sul, é marcada pela inércia produtiva e estagnação no fluxo de oferta e demanda que levará ao crescimento da produtividade, mediante ao emprego contínuo do progresso técnico.

4.1.2 O contexto econômico do Uruguai e a pecuária bovina

Em contraposição aos mecanismos que contribuíram com o início da industrialização no RS, o Uruguai teve no final do século XIX, um período de prosperidade econômica que foi seguido pelo aumento significativo da população (ODDONE, 2004). A economia uruguaia e a pecuária, no período que abrange as décadas de 1870 a 1910 – perpetuando até a década de 1930, segundo Bértola e Moraes (2003) –, constitui-se como dinâmica no que tange a aplicação do progresso técnico na evolução das atividades agropecuárias.

De acordo com Moraes (2003, p.273), o desenvolvimento da pecuária na economia uruguaia, neste espaço temporal, se subdivide em três partes, sendo as duas primeiras propulsoras da industrialização e da expansão no mercado internacional. A primeira fase é caracterizada por um rápido crescimento econômico decorrente do sistema liberal vigente no Uruguai entre os anos de 1879 e 1897; a segunda fase, de 1898 a 1913, marcada pelo crescimento lento; e, por fim, a última fase de 1914 a 1930, abrange a aceleração econômica em decorrência da I Guerra Mundial seguida pelo arrefecimento da indústria agroexportadora a partir da década de 1920. (YAFFÉ, 2001).

Tal crescimento se deve, também, além da aplicação do progresso técnico na produção, à diversificação produtiva. A partir da década de 1860, o Uruguai incluiu, à produção agrária, a criação de ovinos e a miscigenação entre os bovinos.

La ganadería uruguaya experimento un incesante progreso técnico desde 1860 hasta aproximadamente la primera década del siglo XX: la incorporación del ovino al establecimiento y la mestización del rodeo vacuno. Un cambio técnico fundamental asociado a estos dos ejes fue el alambramiento, que introdujo nuevas formas de organización de la producción (técnicas de “manejo”) y optimizó el uso de la pradera. [...]. El alambramiento es un fenómeno con una dimensión tecnológica y otra institucional, y en tanto cambio técnico parece haber formado claramente parte

de um racimo de innovaciones associadas a la ovinización y al mestizaje. (MORAES. 2003, p.276).¹⁶

Tais mudanças e aperfeiçoamentos, como a ovinocultura e a miscigenação do gado, constituíram as principais das inovações técnicas utilizadas no melhoramento da produção agropecuária. Ao diversificar a produção, o Uruguai ofertou ao mercado internacional novas opções de produtos além do couro e do charque. Consequentemente, a probabilidade de haver riscos era menor que concorrer comercialmente com apenas a produção em um único produto.

Contudo, ainda assim, eram produtos primários voltados para a exportação. Embora houvesse especialização na produção e diversidade de bens primários, a economia ainda estaria propensa a riscos. Visto que a demanda não se tornaria inelástica por causa da diversificação da produção.

Desde a produção nos *saladeros*, o Uruguai fornecia a Grã-Bretanha couro e charque. Junto à Grã-Bretanha, Cuba também era um dos principais compradores de bens primários uruguaios. Ao intensificar a produção, a economia uruguaia visava expandir o eixo comercial e conquistar mais compradores. Na primeira fase de crescimento econômico e aplicação do progresso técnico, a propriedade privada no Uruguai é valorizada internamente e externamente. Como a economia do país era guiada pelo liberalismo, as *cabañas*¹⁷ e Associações Rurais foram elementos chave na inserção dos novos produtos no cenário econômico internacional.

Todavia, a partir da segunda fase do progresso técnico da produção bovina uruguaia, de 1898 a 1913 (MORAES, 2003), o progresso técnico na produção uruguaia de carne começa a crescer lentamente. Nota-se, nesta fase, que as mudanças no emprego da técnica são feitos de forma mais consolidada. Para María Inés Moraes (2003, p.283), esse arrefecimento é típico duma fase de consolidação de mudanças. A contração da economia uruguaia não evoluiu para um colapso por causa da diversificação da produção de bens primários, pois bens como o charque, couro e sebo estavam perdendo demanda nesta fase.

Ao início do século XX, em 1905, que o Uruguai contou com a primeira indústria de carne bovina. Diferente das intervenções estatais que estavam ocorrendo nas outras áreas, e

¹⁶ “A produção de gado uruguaia experimentou um incessante progresso técnico de 1860 até, aproximadamente, à primeira década do século XX: a incorporação de ovinos ao estabelecimento e a miscigenação do rebanho vacum. Uma mudança técnica fundamental associada a estes dois eixos foi o cercamento, que introduziu novas formas de organização da produção (técnicas de ‘manejo’) e aperfeiçoou o uso da pradaria. O cercamento é um fenômeno com uma dimensão tecnológica e outra institucional, e em tanta mudança técnica, parece haver formado claramente parte de uma teia de inovações associadas à ovinocultura e à miscigenação.” Tradução nossa.

¹⁷ *Cabañas*, ou cabanhas, são fazendas especializadas na criação de determinados animais (ou ovinos, ou bovinos ou equinos, neste contexto) por meio de técnicas avançadas de manejo. Nota nossa.

independentemente do *trade-off* que se encontrava as produções manufatureiras de produtos de origem bovina, a industrialização no Uruguai foi fomentada pelo capital estrangeiro que estava disposto em investir no setor primário que estava mais aprimorado que a pecuária do sul brasileiro.

No setor político, durante o governo de Batlle, no início do século XX, o Estado deu maior centralidade na economia e tirou setores estratégicos da tutela do setor privado. (YAFFÉ, 2001). As ligações de todos os setores econômicos com o Estado, permitira ao Uruguai o apoio à industrialização e a melhoria na infraestrutura, por meio da criação de ferrovias e da ampliação das rodovias e portos.

Mesmo com as tentativas de Batlle em tirar a predominância da pecuária da economia uruguaia, a permissão dada à entrada de capital estrangeiro na modernização das indústrias manufatureiras e a modernização da estrutura logística uruguaia, contribuíram para que o setor da pecuária bovina do Uruguai pudesse atender as demandas dos Estados Unidos durante a I Guerra Mundial. (YAFFÉ, 2003).

O objetivo de Battle era tornar o setor primário uruguaio cada vez mais autônomo do capital externo. Porém, uma vez inserido e especializado, seria pouco provável excluir a pecuária da lógica de dependência do comércio internacional.

4.2 A I Guerra Mundial e a exportação de carne (1914-1918)

O período que compreende os anos de 1914 a 1930 é considerado como a terceira fase da economia agropecuarista no Uruguai. Nesta fase, que é marcada pelo intervencionismo estatal no que tange às exportações de carne, inicialmente se mostra debilitada em se apoiar aos mercados internacionais. (MORAES, 2003).

Nos primeiros anos da terceira fase do desenvolvimento da pecuária no Uruguai (que também corresponde ao desenvolvimento da pecuária no RS), embora a estagnação da demanda por produtos de origem bovina fosse preocupante, a I Guerra Mundial contribuiu com a dinamização da economia do RS e do Uruguai.

Entretanto, mesmo com a alta das vendas, o aumento da demanda, e o consequente crescimento econômico, não houve grandes transformações vindas do progresso técnico. Dessa forma, iremos analisar a conjuntura econômica do Rio Grande do Sul (em relação à realidade brasileira) e do Uruguai dentro do contexto econômico propiciado pela I Guerra

Mundial, bem como a atuação do capital estadunidense e a produtividade dos frigoríficos, durante as duas primeiras décadas do século XX.

4.2.1 O contexto econômico do Rio Grande do Sul e a produção industrial dos frigoríficos

No período da proclamação da República no Brasil (1889), a economia do Rio Grande do Sul era voltada para o mercado interno. As atividades primárias (pecuária na metade sul, e agricultura no norte e nordeste do estado), abasteciam as demandas internas do Brasil. A produção pecuária não avançava em termos de especialização e tecnologia. Ao mesmo tempo, a transição da economia agropecuária para o dinamismo capitalista, foi feita a passos lentos pelo RS. Que, até então, não estava preparado para competir numa nova configuração econômica.

O estado estava com as finanças deficitárias, pois arrecadava mais do que recebia. Também, pequenos setores da economia (comércio, indústria, setor público, por exemplo) tinham pouca representatividade política, o que justificava que problemas em setores básicos (como, por exemplo, os serviços bancários) não eram solucionados. (PESAVENTO, 1979). A representatividade política no Rio Grande do Sul era composta pela sociedade conservadora da época, que era ligada à agropecuária monocultora exportadora, ou seja, a pecuária. (KLIEMANN, 1986). Para Sandra Pesavento (1979, p.202),

tais segmentos, ligado às profissões liberais, bancos, serviços públicos e pequeno comércio e indústria, não tinham os seus interesses representados ao nível da política, pois a camada senhorial local impunha os mecanismos de realização e reprodução das condições vigentes: o manejo do aparato estatal, de administração e dominação política. (PESAVENTO, 1979, p.202).

Na transição para o século XX, o Rio Grande do Sul era caracterizado pelo rápido crescimento da população, seguido pela aceleração da urbanização, gerou entraves na economia e colaborou com a defasagem do setor público do RS. A logística, deficiente para a situação demográfica e econômica da época, era o maior problema que todos os setores produtivos enfrentavam.

Mais do que todos estes problemas, contudo, o que mais era sentido pelos diferentes elementos que controlavam o processo produtivo era a questão dos transportes. No Rio Grande, os serviços públicos ferroviários e portuários eram explorados por

companhias estrangeiras, que oneravam extraordinariamente a produção, cobrando altos fretes, dificultando o seu escoamento e prestando maus serviços. O problema dos transportes, em si, afetava toda a produção do estado (agricultura, pecuária, indústria) e convertia-se, no plano da consciência dos agentes sociais da época, no principal problema econômico. (PESAVENTO. 1979, p.202).

Nos primeiros anos de República, não só o RS, mas como todo Brasil, a passagem da monarquia – que ainda mantinha resquícios fortes da economia do Brasil Colônia, para a estrutura capitalista se sucedeu de maneira agitada e lenta para as economias distantes do centro cafeeiro brasileiro. As mudanças para o novo sistema foi feita pelo Estado, que instaurou uma série de medidas para que o Brasil pudesse sobreviver no sistema capitalista.

Naturalmente, não se pretende dizer que essa passagem se faz de forma sutil e tranquila; é justamente nesse momento que são desnudadas as fricções de classe e as reivindicações sociais. Para fazer frente a isso, o Estado Republicano estabelece uma verdadeira teia de leis que, sob a capa do federalismo, permite regular transformações que se operam no país. Como tais transformações ocorrem mais rapidamente no centro, na área de expansão da cafeicultura e da exploração, é para lá que o governo volta sua atenção. (KLIEMANN. 1986, p.41-42).

No que toca o desenvolvimento econômico, o Rio Grande do Sul recebeu estímulos do Estado, que adotara medidas econômicas que visavam o crescimento para fora. Dessa forma, o setor primário do RS também recebeu estímulos. Pois, até 1914, com o início da I Guerra Mundial, a industrialização de bens primários era voltada para abastecer os mercados interno e regional, onde exportava para países periféricos da América do Sul. (ANTONACCI. 1979, p.229).

Quanto à esfera política, a ideologia política predominante no RS (e nos primeiros anos de Brasil República também, mas de maneira mais sutil) era o positivismo de Comte. Os ideais positivistas beneficiaram a sociedade rio-grandense emergente da época, porque surgiu no contexto de Revolução Industrial onde estimulava a industrialização e o desenvolvimento técnico. (PESAVENTO, 1979). O positivismo, segundo Quintaneiro (*et al.* 2003), consiste num

sistema geral do conhecimento humano que se antepõe à filosofia negativa com a pretensão de organizar, e não de destruir a sociedade. [...] O fundamento de tal movimento tinha sido o espírito metafísico, presente na filosofia negativa daquele período, e que só poderia cristalizar-se numa política tendente a continuar a desordem ou um estado equivalente de desgoverno. Para que fosse possível a reorganização social, era necessário reconstruir previamente as opiniões e os costumes por meio da sistematização dos pensamentos humanos. (QUINTANEIRO; *et al.* 2003, p.19-20).

O sistema político pautado no positivismo fortaleceu a sociedade conservadora agrária, enquanto criou uma nova elite vinda da sociedade emergente (especialmente comercial, industrial e militar). Desse modo, a teoria do positivismo conseguiu se estabelecer com êxito em todas as camadas sociais. Pois, essa ideologia exerce um esquema de dominação baseado na premissa que o indivíduo deve se ajustar à sociedade. (PESAVENTO, 1979).

Uma sociedade evoluída, de acordo com o positivismo instaurado na república velha, alcança o progresso e a ordem mediante a rigidez e a hierarquia da sociedade. Como tudo tem uma ordem e um destino – e para atingir o progresso econômico a sociedade deve respeitar a ordem já existente, a propriedade privada e o acúmulo de capital são considerados instrumentos benéficos para se chegar ao progresso. (TRINDADE, 1979).

Esse pensamento contribuiu para que os processos de industrialização e de entrada do capital externo fossem bem-vindos no RS. Para Antonacci (1979, p.231-232), a busca pelo progresso na economia contribuiu com a modernização dos centros urbanos e com a criação de complexos fabris no eixo Rio Grande/Pelotas - Porto Alegre.

Apesar de o processo industrial no Rio Grande do Sul como um todo ter se mantido estático durante a República Velha, a I Guerra Mundial trouxe à pecuária gaúcha uma maior participação na economia internacional. Visto que proporcionou aos pecuaristas facilidades em progredir tecnicamente, o preço do gado – que até então tinha qualidade inferior às produções platinas – foi valorizado e, conseqüentemente, permitiu aos latifundiários acumular mais renda.

Com a Primeira Guerra Mundial, as carnes do RS – que eram de qualidade inferior às da Argentina e Uruguai – tiveram mercado garantido. Abriu-se uma época de euforia econômica para a pecuária gaúcha. Os pecuaristas rio-grandenses, aproveitando-se das facilidades de crédito provenientes da expansão dos mercados, investiram nas unidades de produção, introduzindo uma série de melhorias. O esforço canalizou-se para o plantio de forragens, construção de cercas, banheiros, abrigos, bebedouros, aumento dos arrendamentos, introdução de reprodutores, etc. Esses esforços aumentaram, em certo sentido, a quantidade e qualidade dos rebanhos sul-rio-grandenses, aumentando, em consequência, o preço dos campos e dos produtos pecuários. (ANTONACCI. 1979, p.232).

Na conjuntura econômica internacional, com o começo da I Guerra, houve um desencadeamento de uma crise no modelo do desenvolvimento econômico. Os bens primários brasileiros estavam desvalorizados no mercado internacional (café e borracha, por exemplo) e o preço de produtos importados estava demasiadamente alto, o que dificultou as importações. (FURTADO, 1975).

Sob o prisma da exportação e do comércio exterior, segundo Reichel (1979, p.267), a guerra foi benéfica à produção bovina do RS. Ainda que os investimentos externos estivessem em escassez, a balança comercial brasileira conseguiu manter-se equilibrada durante a guerra porque o país conseguiu formar capital fixo e, porque, as exportações de carne congelada e couro substituíram o café e a borracha no mercado internacional durante este período. Ou seja, em âmbito interno, a indústria nacional se fortaleceu ao adotar medidas protecionistas, que aumentaram a produtividade; e, em âmbito externo, o Brasil estava fortalecido comercialmente, pois conseguiu manter a balança comercial favorável durante a guerra.

Considerada sob o prisma do comércio de exportação, a guerra apresentou aspectos positivos já que possibilitou uma diferença cada vez maior a favor dos valores das exportações contra os das importações. Esta balança de comércio favorável foi conseguida através da importância que assumiram, no mercado internacional, novos produtos brasileiros, como açúcar, a carne congelada e os couros, e que não só ocasionaram uma diversificação na pauta das exportações, como também compensaram a queda que ocorreu nas mesmas, em relação aos produtos básicos. O certo é, entretanto, que esse fato ativou duas bases estruturais do desenvolvimento industrial brasileiro: capital e mercado. (REICHEL. 1979, p.267).

Ao perceberem as capacidades produtivas que a região da campanha no RS tinha, companhias frigoríficas de Chicago-EUA começaram a investir na região. Os investimentos dos estadunidenses proporcionaram aos latifundiários um aumento do progresso técnico na criação de gado. Além do capital externo, os frigoríficos dos EUA trouxeram ao RS novas raças de bovinos para melhoramento genético, que resultaria no melhoramento da qualidade da carne. Para Pesavento (1979, p.217),

tal ocorrência possibilitou que os frigoríficos estrangeiros pudessem estabelecer-se em regiões do globo que possuíam rebanhos numerosos, mas não refinados, tal como o Brasil. No que diz respeito ao Rio Grande do Sul, estado pecuarista por excelência, a situação favorável criada pelo conflito mundial motivou os estancieros a idealizarem um frigorífico com capitais locais. (PESAVENTO. 1979, p.217).

Os frigoríficos vieram a partir de 1911 para o Brasil, instalando-se primeiro no estado de São Paulo. Contudo, em decorrência da estrutura europeia durante a guerra e, também da qualidade da carne do RS, a guerra alterou o consumo mundial de carne, inserindo no mercado carne congelada que usava rebanhos de baixa qualidade. (PESAVENTO, 1979).

Os benefícios eram para ambos os lados, tanto produtor quanto empresário só tinham a ganhar. Pois, além da mão-de-obra barata encontrada no Rio Grande no Sul, o progresso técnico empregado era considerado relativamente baixo, por causa da cultura de se criar gado.

Ademais, o mercado estava favorável à pecuária do RS (e também dos países platinos). A alta demanda tornou o estado próspero e auxiliou no melhoramento das técnicas utilizadas no manejo. O governo do RS abriu espaço para a entrada de capital estrangeiro, mediante incentivos fiscais que permitiam o aumento da produtividade do estado. Conquanto, possibilitou, também, que produtores criassem o seu próprio frigorífico, pois isto teria enorme importância para a indústria nacional. (PESAVENTO, 1979).

Entretanto, a partir do fim da guerra e o início da década de 1920, trouxe aos frigoríficos uma queda na produtividade de carne congelada. O progresso técnico foi empregado somente na pecuária e, embora a indústria nacional tenha crescido consideravelmente, a balança comercial ficou desfavorável. (HERRLEIN JÚNIOR, 2003). Tal queda na produção se justifica que o abastecimento de carne durante a I Guerra Mundial era destinado em alimentar os soldados na guerra. Com o fim da mesma, o Rio Grande do Sul teve que diversificar sua produção para continuar inserido no mercado internacional.

4.2.2 O contexto econômico do Uruguai e a produção industrial dos frigoríficos

Distinto do Rio Grande do Sul, o progresso técnico na produção de bovinos do Uruguai se deu ainda no final do século XIX. O liberalismo econômico no Uruguai promoveu a diversificação da produção primária (por meio da aplicação do progresso técnico na produção de bovinos) e o melhoramento genético dos bovinos. O crescimento da produção e o emprego de progresso técnico se deram de forma considerável até 1913. Dessa forma, em decorrência do progresso técnico aplicado à produção, no início do século XX, a carne uruguaia tinha qualidade superior em comparação a que era produzida no vizinho Rio Grande do Sul, no Brasil. (BÉRTOLA, 2003).

O contexto político do governo promovido por José Batlle y Ordóñez em seus dois governos (1903-1904 e 1911-1916), pautado no liberalismo econômico, permitiu a abertura da economia uruguaia ao capital externo. (CABRAL, s.d.). A entrada do século XX, também no Uruguai, foi marcada pela intensificação da imigração (promovida pelo governo uruguaio) – que, conseqüentemente elevou a densidade demográfica uruguaia, e o conseqüente aumento da urbanização no sul do país. (SOSA GONZALEZ, 2014).

La inmigración es un componente fundamental de la historia de la población uruguaya. Desde el período colonial la baja densidad poblacional fue una característica de esta zona, lo que preocupó a las autoridades de entonces [...]. Una de las medidas que adoptó el Uruguay al conformarse como Estado fue promover la

inmigración. Fue así que hubo un paulatino ingreso de inmigrantes europeos [...]. (SOSA GONZALÉZ. 2014, p.51)¹⁸

Apesar da política de Batllé ser baseada no liberalismo, e por ter aberto a economia do Uruguai ao capital externo, antes de Batllé o Uruguai era dependente da Grã-Bretanha. O país europeu intervinha nas ações estatais e na economia, onde conquistou o prestígio da elite rural uruguaia. (SOUSA, 1998).

A virada do século XIX para o século XX marcou, no Uruguai, uma mudança na maneira de se fazer política. No final dos oitocentos, lideranças e forças políticas surgiam e desapareciam numa velocidade assustadora. O poder político estava descentralizado, apesar de, institucionalmente, o Uruguai aparecer como um país independente. O capital estrangeiro, notadamente o britânico e, em menor grau, o norte-americano, fazia incursões pelo país, sempre levando as maiores vantagens, apoiado por uma aristocracia rural avessa a mudanças no eixo econômico, a agropecuária. (SOUSA. 1998, p.01).

Até então, predominava os interesses do partido conservador *blanco*. Contudo, o partido rival, *colorado*, favorável a reformas na estrutura econômica e política, conquistou a presidência do Uruguai na virada do século. Contudo, para Yaffé (2003, p.327), o Estado, no final do século XVIII, estava debilitado financeiramente e sem autoridade para controlar seus principais setores produtivos.

El Estado independiente instalado en 1828 viviría hasta lo menos 1876 en una paradójica situación de debilidad y centralidade. En medio y a pesar de una persistente escasez de recursos financieros y médios administrativos, aquel Estado era la única fuerza capaz de imponer alguna autoridad, el único centro de decisión para una sociedad em processo de estructuración y siempre asediada por la violencia política a que la (se) sometía el permanente recurso a la revuelta armada y subsiguientes guerras civiles em la que ningún sector se mostraba capaz de constituirse en hegemónico. (YAFFÉ. 2003, P.327).¹⁹

¹⁸ “A imigração é um componente fundamental da história da população uruguaia. Desde o período colonial a baixa densidade populacional foi uma característica deste país, o que preocupou as autoridades de então. Uma das medidas que o Uruguai adotou ao solidificar-se como Estado foi promover a imigração. Foi assim que houve um significativo ingresso de imigrantes europeus.” Tradução nossa.

¹⁹ “O estado independente instalado em 1828 viveria até pelo menos 1876 em uma situação paradoxal de debilidade e centralidade. Apesar de uma persistente escassez de recursos financeiros y administrativos, aquele Estado era a única força capaz de impor alguma autoridade, o único centro de decisão para uma sociedade em processo de estruturação e sempre asediada pela violência política a que se submetia o recurso permanente à revolta armada e subsequentes guerras civis na qual nenhum setor se mostrava capaz de se constituir como hegemônico.” Tradução nossa.

Dessa maneira, a política uruguaia, a partir de 1876, deu início a medidas que buscavam solidificar o Estado. (YAFFÉ, 2003). A consolidação política levava, por conseguinte, à consolidação econômica. Isto explica a aplicação do progresso técnico e o aumento da produtividade ainda no final do século XIX.

Quando Batllé ganhou a presidência do Uruguai pela primeira vez, em 1903, pelo partido *colorado*, suas reformas transformaram a produção primária uruguaia. (ODDONE, 2004). Ainda que fosse contrário às oligarquias rurais e ao intervencionismo capitalista externo, a modernização da infraestrutura uruguaia, promovida por ele, beneficiou ainda mais a produção rural. Batllé ligou o Uruguai, de norte a sul, com vias férreas e rodovias.

La modernización económica operada bajo el primer *batllismo* estuvo centrada en la dinamización de la economía urbana industrial y en el crecimiento de las empresas públicas aunque, al fracasar en sus planes de reforma rural y fiscal, no alcanzó a trastocar las bases del modelo agro-exportador heredado del siglo XIX. Allí están las bases del creciente peso social y político de los sectores populares y medios urbanos. La clase obrera manufacturera y el funcionariado público se expandieron al son del incipiente crecimiento de la industria manufacturera y del desarrollo del aparato del Estado. (YAFFÉ. 2001, p.08).²⁰

Os mesmos impactos que o Brasil teve por causa da I Guerra Mundial, que interferiu na balança de pagamentos, por também pertencer à periferia latino-americana, o Uruguai também os enfrentou. Contudo, por causa do desenvolvimento do governo Batllé, que impactou no aumento da produtividade do setor primário e industrial, o Uruguai, assim como o Brasil pode acumular renda e expandir seu mercado.

De fato, no período que abarca o primeiro *batllismo* as mudanças foram notáveis. Houve um progresso dos transportes e das comunicações, com a chegada do automóvel e a ampliação da linha férrea. A imigração conheceu altos índices até o começo da Primeira Guerra Mundial. O setor manufatureiro se multiplicou e se diversificou, sendo acompanhado por um aumento do número de empregos industriais. A Primeira Guerra Mundial produziu no Uruguai um “boom” exportador, uma vez que as economias européias estavam em crise e precisavam de produtos provenientes de mercados em paz. (SOUZA. 1998, p.03).

Por vezes, as produções brasileiras eram escoadas pelo Uruguai devido à qualidade do transporte férreo e rodoviário. (PESAVENTO, 1979). E, como a carne uruguaia era de melhor qualidade e o progresso técnico estava em estágio avançado em comparação à produção

²⁰ “A modernização econômica que operou durante o primeiro *batllismo* esteve centrada na dinamização da economia urbana e industrial e no crescimento das empresas públicas ainda que, ao fracassar em seus planos de reforma rural e fiscal, não alcançou a abalar as bases do modelo agroexportador do século XIX. Ali estão as bases do crescente peso social e político dos setores populares e urbanos. A classe trabalhadora manufatureira e o funcionalismo público se expandiram às custas da indústria manufatureira e do desenvolvimento estatal.” Tradução nossa.

bovina no RS, o Uruguai recebeu o primeiro frigorífico estrangeiro em 1902, dando início às exportações em 1905. (SOSA GONZALEZ, 2014).

Embora tenha adquirido mais investimentos que o RS, o Uruguai também sofreu com o arrefecimento das exportações com o término da I Guerra Mundial. (MORAES, 2003). Como este setor econômico equilibrava a balança comercial uruguaia, e aqueceu a economia do país no momento em que o mundo não estava estabilizado economicamente, a produtividade, mesmo que especializada, estava sujeita, assim como o Brasil, às imposições e demanda do mercado internacional.

4.3 A crise de 1929 e seus impactos na pecuária

Tanto no Brasil, quanto no Uruguai, o fim da I Guerra Mundial prejudicou a produtividade e o sistema agroexportador da periferia. As demandas por carne, que até 1918 eram crescentes foram caindo através da década de 1920. O valor da terra e do gado, que eram altos durante a I Guerra Mundial, se desvalorizaram a medida que os anos passavam. A periferia agroexportadora entrara em crise com a quebra da bolsa de valores em 1929.

Para Eichengreen (2012, p. 107), a crise de 1929 se deve ao colapso no padrão ouro de conversibilidade. O abandono das taxas de conversibilidade feito por países da periferia entre 1880 e 1913, ou a desvalorização monetária frente às taxas cambiais do padrão ouro na década de 1920, foi um dos agravantes dos impactos da Grande Depressão na América Latina. Que, por conseguinte, deixou em recessão a economia mundial.

Embora a suspensão da conversibilidade não fosse uma medida sem precedentes por parte de países vítimas desse tipo de choques, em ocasiões anteriores essas medidas de excessão haviam sido caracterizadas por uma conjuntura em que praticamente todos os países periféricos tinham, simultaneamente, abandonado o padrão ouro. Em ocasiões anteriores, a suspensão da conversibilidade havia sido resultado de más colheitas, conflitos militares ou erros na condução da economia neste ou naquele país, eventos que haviam provocado quedas nas exportações e interrompido as entradas de capital. Em 1929, porém, a suspensão da conversibilidade assumida por diversos países foi consequência de uma crise econômica mundial e foi, nessa mesma medida, mais danosa ao sistema internacional. (EICHENGREEN. 2012, p.107).

A saída da América Latina, para tentar sobreviver à crise, segundo Furtado (1975, p,186) e Prebisch (2000, p.100), foi desvalorizar ainda mais a moeda e reduzir as importações para que conseguisse sobreviver a estrutura de crise.

A reação latino-americana foi semelhante à de outros países do resto do mundo: reduzir o coeficiente de importações por meio da desvalorização monetária, da elevação das tarifas alfandegárias, das cotas de importação e do controle cambial. [...] A necessidade imperiosa de reduzir prontamente as importações e de conter a fuga de capitais explica a rápida difusão do controle cambial. (PREBISCH. 2000, p.100).

Além disso, as políticas adotadas em receber o capital externo para investir na pecuária bovina, sofreram com críticas (no Brasil e no Uruguai) por estarem subservientes ao capital dos Estados Unidos. (SOUZA. 1998, p.03). Que, com a crise, cobrava as dívidas dos empréstimos feitos pelo RS e Uruguai para melhorarem a produção.

O Uruguai, que estava mais avançado em termos de progresso técnico (ANTONIACCI, 1979) em seu processo de industrialização, conseguiu se estabilizar durante a crise. Pois outros segmentos do setor primário também estavam especializados (o cultivo de cereais, por exemplo). Ainda assim, contudo, estaria sujeita à elasticidade da demanda.

Entretanto, em ambos os países, Brasil e Uruguai, notou-se que a dependência causada pela agroexportação tornou a economia do início do século XX suscetível aos fracassos econômicos que o centro poderia ter, já que era dependente das economias centrais. Com isso, a década de 1930 foi marcada pela tentativa de estabilização econômica por meio do fortalecimento industrial e a busca de mercados internos, onde a importação de bens não duráveis começou a ser substituída por produtos industrializados de suas próprias indústrias: brasileiras e uruguaias.

Do término da I Guerra Mundial ao final da década de 1930, as medidas econômicas tomadas tanto pelo Brasil, quanto pelo Uruguai neste período, foram reações à estrutura capitalista do centro. Estrutura, na qual, aprimorou a produção, explorou-a e, após a I Guerra, abandonou gradativamente as estruturas produtivas que aqui restaram. (REICHEL, 1979). Embora os produtores tivessem diversificado suas produções, elas ainda eram primárias. O sistema produtivo do Brasil e do Uruguai ainda tinha caráter heterogêneo voltado para a agroexportação.

Todavia, a experiência dos insucessos em priorizar as produções agrárias, o latifúndio monocultor e a agroexportação, junto com a técnica imposta durante a I Guerra, serviu como base para a consolidação industrial e a busca de espaço no mercado interno e regional (em menor participação). Logo, não há como atribuir causas isoladas da queda da produtividade das indústrias frigoríficas. Já que, de 1919 a 1939, a produção de bovinos no Brasil e do Uruguai decresceu paulatinamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao seguir a teoria da dependência da Cepal, que reflete sobre as relações latino-americanas com os países de economia mais autônoma e fortalecida, percebe-se que a historiografia do Cone Sul, de alguma forma, sempre esteve sob o efeito de dominação (direta ou indireta) de países mais desenvolvidos.

O problema desta pesquisa, se “a inserção da pecuária bovina no *Pampa Gaucho* e os avanços do progresso técnico na produção agropecuária, no Brasil e no Uruguai, nos anos de 1914 a 1939, se encaixam no contexto de dependência dentro da lógica capitalista?”, se responde no decurso de quatro séculos de história agrária. Dependência que não afetou somente a esfera econômica, mas influenciou, também, na esfera política – interferência, na qual, é latente desde o descobrimento do Cone Sul até o período de independências das Colônias.

Contudo, as disputas pela posse da Cisplatina, somadas à inserção do gado e ao trabalho de criá-lo, originaram um elemento singular que une os países platinos: a figura do gaúcho. Entretanto, é inevitável não associar o gaúcho ao trabalhador rural, que serviu de mão-de-obra barata e que não enriqueceu com os rendimentos gerados pela venda do charque no século XVIII e, posteriormente, não se beneficiou com os lucros ao trabalhar nos frigoríficos.

Ainda que, até meados do século XVIII, a produção econômica de bovinos fosse precária e pouco especializada, agentes externos (neste caso os colonizadores) viam na introdução de gado no *Pampa Gaucho* uma alternativa de explorar economicamente o território, ao mesmo tempo em que dominaria o estuário do Rio da Prata – principal acesso às minas de metais preciosos nos atuais Bolívia e Peru. Mesmo assim, a exploração econômica da pecuária na Cisplatina foi uma alternativa de produção secundária, uma espécie de apoio aos interesses prioritários de conseguir cada vez mais prata no Peru e ouro nas minas do sudeste brasileiro.

Contudo, tal exploração no período colonial, pode ser analisada como benéfica. Visto que até então a economia era descentralizada e a mobilidade dos fatores de produção era deficiente, por meio da vinculação a outras estruturas econômicas, a pecuária auxiliou no desenvolvimento de rotas comerciais (no Brasil e no Uruguai) e na ligação do *Pampa Gaucho* com os principais centros econômicos: Buenos Aires na Argentina, e Rio de Janeiro no Brasil. A conexão com o centro do Brasil e com Buenos Aires, centro argentino, e a busca de novas rotas culminou, mais tarde, na ampliação dos portos e na introdução de vias férreas. Que por sua vez, foram primordiais no desenvolvimento comercial do Cone Sul.

Em economias desenvolvidas, o progresso técnico se dá de forma inédita, mas, mediante muito capital investido para aumentar a produtividade. Já nas economias subdesenvolvidas, o progresso técnico aplicado já fora utilizado em economias desenvolvidas. Na periferia, o progresso técnico não se dá de forma inédita e os investimentos utilizados em sua aplicação, são menores do que quando a mesma técnica fora utilizada em países desenvolvidos.

O progresso técnico aplicado nas charqueadas e *saladeros*, já fora utilizado na pecuária do nordeste brasileiro. A pecuária nordestina, por sua vez, assim como o desenvolvimento na pecuária no sul do Brasil, também podia se classificar como uma economia secundária, pois estava sujeita a economia açucareira que, conseqüentemente, era sujeita às variações da demanda externa.

Dessa forma, contudo, mesmo com o êxito das charqueadas e *saladeros* na economia, o progresso técnico utilizado exigiu um baixo custo para a sua introdução. Embora tenha dado início à estruturação do sistema fundiário e a separação dos sistemas produtivos de Brasil e Uruguai, isto demonstra que o sistema produtivo de charque e couro era subdesenvolvido, ainda que houvesse acúmulo de renda e crescimento econômico. As charqueadas e os *saladeros* foram fundamentais na organização da economia industrial do início do século XX. Porém, estavam sujeitas às flutuações da demanda.

No começo do século XX, com a consolidação da industrialização na América Latina, a produção de bovinos no Brasil e no Uruguai teve, mais uma vez, uma onda de aperfeiçoamento técnico. Enquanto o Uruguai diversificava a produção para melhor atender outros mercados e para ampliar as suas relações comerciais, o Brasil sofria com a adaptação da transição do trabalho escravo para o assalariado.

A adaptação lenta do Brasil fez com que a pecuária – até o início da I Guerra Mundial, deixasse de ser um dos setores mais estratégicos da economia rio-grandense. No entanto, a I Guerra Mundial impulsionou este setor, não só no Rio Grande do Sul, mas, também, no Uruguai. O que impactou no aumento considerável da produtividade.

A I Guerra Mundial culminou, também, no aumento da demanda por produtos de origem animal. A carne foi um dos principais alimentos de soldados europeus na guerra. O fornecimento só foi possível em função dos incentivos fiscais que permitiram a entrada de investimentos estrangeiros. Enquanto durou a guerra, o volume de exportações continuava alto e as cidades se modernizaram por causa do alto desenvolvimento produtivo.

Porém, ao término da guerra, as exportações de gado do Brasil e do Uruguai desaceleraram. Até a crise de 1929, a produção vai perdendo força. Para vencer a crise, os

dois países desvalorizam as suas moedas e reduzem as importações. Ainda assim, o desenvolvimento social é afetado. A sobrevivência da crise só aconteceu devido ao acúmulo de renda que os latifundiários tiveram no ápice da produção – durante a I Guerra.

No entanto, a camada base da sociedade sofreu ainda mais, pois a crise resultou em demissões e alterou os padrões de consumo que, em tempos áureos, ainda era pequeno. A década de 1930 vem como uma esperança à indústria, pois os Estados entendem que devem priorizar o mercado interno. Com isso, na década de 1930 há um determinado afastamento da importação de bens não duráveis e se dá início ao processo de substituição de importações.

Ao analisar quatrocentos anos de história agrária, do Rio Grande do Sul e do Uruguai como um todo, observa-se que o capital externo sempre se manteve como ator das relações produtivas do sul do Brasil e do Uruguai em relação à produção de bovinos. Independente da forma que o progresso técnico é aplicado, a demanda não perde a elasticidade e a mão-de-obra continua barata. Além do contexto histórico, onde o *Pampa Gaucho* foi parte de colônia de exploração na América do Sul, a estrutura econômica desde local pode ser classificada como subdesenvolvida ou, periférica. Pois o emprego do progresso técnico, e as melhorias na infraestrutura e transporte das cidades, ocorreram para facilitar o aumento da produtividade – que culminaria em maiores relações comerciais com os países de economias desenvolvidas.

Portanto, a condição de dependência econômica é tão intrínseca ao Rio Grande do Sul (BR) e ao Uruguai, que não se pode dizer que em algum desses momentos houve ruptura total com as estruturas dominantes. Dessa forma, a pecuária bovina no *Pampa Gaucho*, sempre esteve atrelada aos interesses das economias do centro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. O Debate Atual Sobre a Dependência. **Encontro Nacional de Economia Política**, v.9, 2004. Disponível em <http://www.fapese.org.br/cursos/agn_arquivos/dean/O_DEBATE_ATUAL_SOBRE_A_DEPENDENCIA.pdf>. Acesso em 11 out. 2016.

ANTONACCI, Maria Antonieta. A Revolução de 1923: as oposições na República Velha. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (orgs). **RS: economia e política**. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1980.

AZAROLA GIL, Luis Henrique. Hernandarias de Saavedra y la primera exploración del Uruguay. **Boletín de la Real Academia de la Historia**. Tomo II, 1933. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra/hernandarias-de-saavedra-y-la-primer-exploracion-del-uruguay/>>. Acesso em 31 out. 2016.

BARRIOS PINTOS, Aníbal. **400 Años de Historia de La Ganadería en Uruguay**. 2 ed. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2011.

BÉRTOLA, Luis. El crecimiento de la industria temprana en Uruguay. . In: HEINZ, Flávio M.; HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. **Histórias Regionais do Cone Sul**. Santa Cruz do Sul: EDIUNISC, 2003.

BOLDRINI, Ilsi I. et al. **Bioma Pampa: diversidade florística e fisionômica**. Porto Alegre: editora Pallotti, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 38, 2010. Disponível em <<http://piwik.seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/4099/3735>>. Acesso em 09 out. 2016.

CABRAL, José Pedro C. **O Pensamento de José Batlle y Ordóñez no Uruguai do Novecentos**: componentes de sua ideologia. S.d. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/003.pdf>>. Acesso em 07 nov. de 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Difel, 1962.

CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 10. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011.

CHEBATAROFF, Jorge. **Nuestra Tierra III: Relieve y costas**. Montevideo: Editorial Nuestra Tierra, 1969. Disponível em: <http://www.periodicas.edu.uy/o/Nuestra_tierra/pdfs/Nuestra_tierra_03.pdf>. Acesso em 26 set. 2016.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A Dinâmica do Espaço Agrário no Município De Sant'ana do Livramento/RS: das sesmarias aos assentamentos rurais**. Disponível em <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/download/244/200>>. Acesso em 25 set. 2016.

_____. Latifúndio, Assentamentos Rurais, Florestamento: qual identidade regional da campanha gaúcha no século XXI? **IX Coloquio Internacional de Geocrítica**, UFRGS. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/chelotti.htm>>. Acessado em 25 set. 2016.

CORAZZA, Gentil. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaio FEE**, v.27, n.1, 2006. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2114/2496>>. Acesso em 13 out. 2016.

CURI, Alcides Beretta. Los industriales de un país pequeño (1870-1930): permanencias en el presente. **DOSSIER URUGUAY**, p. 54. 2013. Disponível em: <<http://iealc.sociales.uba.ar/files/2013/06/OL11-DossierUruguay-1.pdf#page=54>>. Acesso em 09 nov. 2016.

DA SILVA, Marta Pereira et al. Estado de conservação do Chaco (Savana Estépica) brasileiro. **IX Simpósio Nacional do Cerrado: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/39435715/Estado_de_Conservao_do_Chaco_Savana_Est20151026-20982-11ns3b7.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1478699892&Signature=u3NINSAGUPdMOHWdRt%2BqlFQMIVc%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DEstado_de_conservacao_do_Chaco_Savana_Es.pdf>. Acesso em 09 nov. 2016.

D'ARBO, Renata. Progresso técnico e subdesenvolvimento: uma síntese das abordagens de Raúl Prebisch, Ragnar Nurkse e Celso Furtado nos anos 50. **História Econômica & História de Empresas**, v. 7, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=177>>. Acesso em 20 out. 2016.

DJENDEREDJIAN, Julio. ¿ Un aire de familia? Producción ganadera y sociedad en perspectiva comparada: las fronteras rioplatenses a inicios del siglo XIX. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, v. 41, p. 247-273, 2004. Disponível em <<https://www.degruyter.com/downloadpdf/j/jbla.2004.41.issue-1/jbla.2004.41.1.247/jbla.2004.41.1.247.xml>>. Acesso em 12 out. 2016.

DUARTE, Pedro Henrique; GRACIOLLI, Edílson José. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. **Colóquio Internacional Marx/Engels**, v. 5, 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf>. Acesso em 09 out. 2016.

EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do Capital: uma história do Sistema Monetário Internacional**. Tradução de Sergio Blum. 2. ed. São Paulo. Editora 34, 2012.

FERNÁNDEZ, Andrea Delbono. Cambio institucional en el Uruguay moderno e inserción en la economía internacional: transformaciones entre 1870 y 1913. **cuadernos del clae**, v. 30, n. 94-95, p. 143-163, 2007. Disponível em: <<http://clae.edu.uy/publicaciones/index.php/cclae/article/view/60>>. Acesso em 06 nov. 2016.

FLOTO, Edgardo. El sistema centro-periferia y el intercambio desigual. **Revista de la Cepal**, n. 39, 1989. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11758/039147167_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 19 out. 2016.

FURTADO, Celso. **O Mito Do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 13 ed. São Paulo. Editora Nacional, 1975.

_____. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2000.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo. Paz e Terra, 2000.

_____. **A Economia Latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 4. ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro. Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; GELMAN, Jorge. Capitalismo Agrario en la Frontera: Buenos Aires y la región pampeana en el siglo XIX. **Historia agraria: Revista de agricultura e historia rural**, Sociedad Española de Historia Agraria, Nº 29, Espanha, 2003. p. 105-122. Disponível em <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/643219.pdf>>. Acesso em 12 out 2016.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. **Frente Iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. Mercado de trabalho urbano-industrial no Rio Grande do Sul: origens e primeira configuração, 1870-1920. . In: HEINZ, Flávio M.; HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. **Histórias Regionais do Cone Sul**. Santa Cruz do Sul: EDIUNISC, 2003.

KENT, Michael; SANTOS, Ricardo Ventura. "Os charruas vivem" nos Gaúchos: a vida social de uma pesquisa de "resgate" genético de uma etnia indígena extinta no Sul do Brasil. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 341-372, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832012000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 set. 2016.

KLIEMANN, Luiza H. S. **RS: Terra e Poder: história da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 6 ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em 07 nov. 2016.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos avançados**, v. 13, n. 35, p. 199-215, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100018>. Acesso em 09 out. 2016.

MARTINS, Solismar Fraga. O papel da cidade do Rio Grande (RS) na economia rio-grandense durante a industrialização dispersa (1873/1930). **Anais Jornadas de História Regional Comparada**. Porto Alegre: PUCRS, 2005. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0,5&cluster=9471966917039554197>. Acesso em 05 nov. 2016.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1. 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MORAES, María Inés. Estado de la cuestión agraria en el Uruguay y fuentes para su estudio. **América Latina en la Historia Económica**, v. 5, n. 10, p. 35-50, 1998. Disponível em < <http://alhe.mora.edu.mx/index.php/ALHE/article/view/226>>. Acesso em 07 nov. 2016.

_____. Crescimento, tecnología y competitividad en la ganadería uruguaya entre 1870-1930. . In: HEINZ, Flávio M.; HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. **Histórias Regionais do Cone Sul**. Santa Cruz do Sul: EDIUNISC, 2003.

MÖRNER, Magnus. A economia e a sociedade rural da América do Sul espanhola no período colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: América Latina Colonial**, v.2. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

ODDONE, Juan. A formação do Uruguai moderno, c. 1870-1930. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: América Latina Colonial**, v.2. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

PAMPA. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>>. Acesso em 12 out. 2016.

PATROCÍNIO, Dennis Nogarolli Marques. **O povo do pampa**: uma história de vida em meio aos campos nativos do bioma pampa. 2015. 182 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/132903>>. Acesso em 26 set. 2016.

PESAVENTO, Sandra J. República Velha Gaúcha: Estado autoritário e economia. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (orgs). **RS: economia e política**. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1980.

_____. **RS: A economia e o poder nos anos 30**. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1980.

_____. A revolução farroupilha. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 13, n. 1, 1985. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/bgg/article/download/37804/24388>>. Acesso em 05 nov. 2016.

PIROTTI, Simone Moro. O Gaúcho e o Caipira: integração cultural. **II Seminário Nacional de Filosofia e Educação: Confluências**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2006. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/020e3.pdf>>. Acesso em 25 out. 2016.

POCHMANN, Marcio. Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho. **IE/Unicamp, Campinas**, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n13/a11n13.pdf>>. Acesso em 13 out. 2016.

PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 70-136. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1607/1/S33098N962Av1_pt.pdf>. Acesso em 12 out. 2016.

_____. Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 179-215. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1607/1/S33098N962Av1_pt.pdf>. Acesso em 12 out. 2016.

QUINTANEIRO, Tânia; *et al.* **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

REICHEL, Heloísa J. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (orgs). **RS: economia e política**. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1980.

SOSA GONZÁLEZ, Ana María. Historias que hacen historia: inmigración y memoria en el frigorífico anglo de frías. **Expressa Extensão**, v. 19, n. 01, 2014. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/4430>>. Acesso em 08 nov. 2016.

SOUZA, Marcos Alves de. O reformismo uruguaio sob a égide do “batllismo” na primeira metade do século XX. **Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC**. São Paulo, 1998. Disponível em <<http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/marcos.pdf>>. Acesso 08 nov. 2016.

SUERTEGARAY, Dirce M. A.; SILVA, Luís Alberto P. Tchê Pampa: história da natureza gaúcha. In: PILLAR, Valério P. et al. **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012. P.42-59. Disponível em <<http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/arquivos/Livros/CamposSulinos.pdf>>. Acesso em 01 out. 2016.

TORRONTEGUY, Teófilo V. **As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

TRAVERSONI, Alfredo; *et al.* **Historia del Uruguay y de América**: Tomo II, siglo XIX. Kapelusz. Montevideo, 1987.

TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense (1882-1937). In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (orgs). **RS: economia e política**. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1980.

URBIM, Carlos; *et al.* **Rio Grande do Sul: Um Século de História**. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1999.

VARGAS, Jonas M. “**UM OLHO NO ATLÂNTICO, OUTRO NA FRONTEIRA**”. Os charqueadores de Pelotas, o comércio de carne-seca e as suas propriedades na fronteira com o Uruguai (século XIX). Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/290/168>>. Acesso em 20 out. de 2016.

VIGEVANI, Tullo et al. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, n. 83, p. 111-143, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/73078>>. Acesso em 09 out. 2016.

YAFFÉ, Jaime. El intervencionismo batllista: estatismo y regulación en Uruguay (1900-1930). **Serie Documentos de Trabajo / FCEA-IE**; Universidad de la Republica. Uruguai, 2001. Disponível em: <<https://www.colibri.udelar.edu.uy/bitstream/123456789/4275/5/dt-01-01.pdf>>. Acesso em 08 nov. 2016.

_____. La modernización en el Uruguay: política y economía, 1876-1933. In: HEINZ, Flávio M.; HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. **Histórias Regionais do Cone Sul**. Santa Cruz do Sul: EDIUNISC, 2003.